

Sumário

<i>Indústria baiana em perspectiva</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>7</i>
<i>Perspectivas para a agricultura em 2004</i>	<i>15</i>
<i>Grupos vulneráveis do mercado de trabalho: o caso dos jovens</i>	<i>18</i>
<i>Aspectos relativos à distribuição da receita disponível do setor público no federalismo fiscal brasileiro</i>	<i>22</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>25</i>
<i>Grifos</i>	<i>28</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>35</i>

Indústria baiana em perspectiva

O desempenho da atividade econômica brasileira, em 2003, foi influenciado, principalmente, pelo setor agro-exportador. De fato, os principais fatores de estímulo à expansão da economia foram os resultados obtidos pela balança comercial, pelo setor agropecuário e, no último trimestre, pela retomada da atividade industrial.

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado nos três primeiros trimestres de 2003, segundo dados do IBGE, apresentou variação negativa de 0,3% em relação ao mesmo período de 2002. Considerando o desempenho do PIB por setores, no mesmo período, a agropecuária registrou crescimento de 5,1%, desempenho justificado pelo aumento da produtividade, decorrente do consumo crescente de insumos e da aquisição contínua de equipamentos e maquinários agrícolas, além do crescimento significativo das exportações. A produção do setor industrial aumentou 0,7% até o terceiro trimestre de 2003, tendo o segmento extrativo mineral contribuído com a maior parte desse crescimento. O país registrou, ao longo do ano, recordes sucessivos na produção mensal de petróleo e gás natural, com expansão de 2,1% do setor no ano. A exceção dentre os segmentos industriais foi a construção civil, que registrou queda de 7,7% pelo segundo ano consecutivo. A indústria de transformação expandiu apenas 0,7%, sustentada principalmente por setores voltados para a exportação e pela produção de bens de consumo duráveis, em especial de eletroeletrônicos.

Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, os indicadores referentes à produção indústria geral e de transformação do país mostraram que, em novembro, esta apresentou crescimento de 0,3% ante a de novembro de 2002. No período compreendido entre

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

janeiro e novembro de 2003, a indústria brasileira mostrou tendência à estabilidade, com variação de apenas 0,1%, enquanto em doze meses o aumento foi de 0,4% na comparação com o período anterior (contra 0,8% em doze meses terminados em outubro de 2003). Sob a ótica das categorias de uso, no indicador acumulado no ano de 2003, a fabricação de bens de consumo intermediários ficou positiva, com taxa de 1,4%, devido à sua maior articulação com as exportações e o agronegócio, enquanto as demais categoriais registraram decréscimos: % em bens de capital, -5,3% em bens semiduráveis e não-duráveis e -1,6% em bens de consumo duráveis. Essas duas últimas são mais dependentes do rendimento salarial da população.

O resultado ainda tímido para a indústria brasileira em novembro mostra a dificuldade da retomada industrial em um contexto de baixo dinamismo do mercado interno, com renda em queda, desemprego elevado e crédito ainda caro e racionado. De um lado, a expressiva retração do rendimento do trabalho em outubro (-14,9% em relação a outubro de 2002, segundo o IBGE) tem inibido o consumo e afetado negativamente o desempenho das empresas produtivas não-exportadoras, com reflexo no nível de investimento. De outro, apesar da flexibilização relativa da política monetária nos últimos meses, a taxa básica de juros da economia permanece elevada, assim como os spreads praticados na intermediação financeira, o que se traduz em melhoria apenas parcial nas condições do crédito para empresas e famílias.¹

Já a atividade industrial do estado da Bahia, em 2003, apresentou comportamento diferenciado, dependendo do segmento em análise, de acordo com as estatísticas disponíveis até o momento. A indústria geral baiana apresenta desempenho inferior ao da nacional em 2003. No período de janeiro a novembro decresceu 0,9%, comparado com o mesmo período do ano anterior. A produção extrativa mineral, com peso aproximado de 9,0% no setor, cresceu 1,0%, enquanto na indústria de transformação a taxa situou-se em -1,3%.

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A produção extrativa mineral é uma atividade em que a Bahia ocupa a quinta posição entre os estados brasileiros, liderando a produção ou sendo o único produtor de

* Carla Janira Souza do Nascimento

¹ Carta do IEDI, n. 83. www.iedi.org.br.



importantes bens minerais, como magnesita, cromo, cobre e barita, entre outros (Anuário Mineral Brasileiro, 2001).

Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (2001), em 2000 o segmento de produtos energéticos (petróleo, gás natural etc.) era o de maior participação no valor da produção mineral baiana, cerca de 68,0%. Os demais segmentos, produtos metálicos e produtos não-metálicos, participavam, respectivamente, com 14,2% e 17,8%.

De acordo com dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo,² até novembro de 2003, a produção de petróleo na Bahia era da ordem de 2.331 mil m³, cerca de 2,93% da produção nacional, enquanto que a produção de gás natural representava cerca de 6,1% da produção brasileira.

Destaca-se o desempenho da indústria extrativa mineral em novembro 2003, com crescimento de 4,8%, segundo dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, em decorrência do aumento no processamento de gás natural e petróleo bruto, acumulando um incremento de 1,0% em 2003. De acordo com a ANP, o processamento de petróleo aumentou 12,0% em outubro de 2003, comparado com o mesmo período do ano anterior.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

No que se refere à indústria baiana de transformação, os desempenhos no período foram diferenciados, quando comparados com o mesmo período de 2002. As retrações mais expressivas, por sua vez, ocorreram nas indústrias química (-2,0%), de produtos alimentares (-5,3%), de produtos de matérias plásticas (-18,9%) e bebidas (-21,2%). Positivamente destacaram-se as indústrias metalúrgica (6,1%), têxtil (15,0%), borracha (11,4%), de perfumaria, sabões e velas (16,0%) e minerais não-metálicos (0,5%).

O desempenho de determinados segmentos está associado à expansão das exportações, haja vista que abrangem produtos importantes na pauta de exportações baiana, como, por exemplo, celulose, refino de petróleo, óleos vegetais e açúcar, dentre outros.

A indústria química baiana, que apresentou movimento de retração no primeiro semestre, em decorrência dos reflexos da guerra do Iraque e das paradas para manutenção em empresas do segmento conseguiu acumular no período crescimento de 7,4%, no entanto,

no terceiro trimestre com a intensa retração da economia registrou variação negativa (-6,9%), e no último trimestre do ano mantém tendência ao declínio devido à parada para obras de manutenção no segmento de refino de derivados do petróleo, entre outubro e novembro, por cerca de 47 dias, com intuito de ampliar a capacidade de 27 mil m³ por dia para 30 mil m³, acarretando numa queda acumulada durante o ano no gênero químico de 2,0%.

A partir dos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP)³, verifica-se que na Refinaria Landulpho Alves - RLAM, entre janeiro e novembro de 2003, houve um decréscimo de 3,8% no processamento de derivados de petróleo. Tal resultado deve-se principalmente às pífias produções de gasolina comum, óleo combustível e nafta. A produção de gasolina do tipo A, de acordo com a ANP, apresentou, em novembro, decréscimo de 45,1%. Em 2003, a retração observada já atinge 6,4%, abaixo do resultado acumulado até outubro (-3,7%). Já a produção de óleo combustível, nesses onze meses de 2003, registrou decréscimo de 11,6% em relação a igual período do ano anterior. Da mesma forma, observa-se que, em 2003, a produção de nafta é menor que a de 2002, até o mês de novembro, atingindo uma variação negativa de 7,6%.

Apesar de terem ocorrido alguns contratempos nos primeiros meses de 2003, como a parada para manutenção da Caraíba Metais, principal transformadora do cobre, e o cancelamento de pedidos da indústria automobilística brasileira, tanto no segmento de cobre como de aço, o setor metalúrgico começou a recuperar-se a partir de maio (com taxa de 47,5%), tendo crescido em junho (72,0%), após quedas sucessivas nos meses de janeiro (-40,8%), fevereiro (-23,65%), março (-4,1%) e abril (-12,1%), em comparação com o mesmo período do ano anterior. O movimento de expansão manteve-se, possibilitando uma maior utilização da capacidade instalada no segmento de cobre, ampliada, em 2002, para 220 mil toneladas/ano e utilizada apenas em 2003, graças às melhores condições conjunturais (expectativa de aumento da demanda interna, principalmente de empresas geradoras de energia e da indústria automotiva, e às novas estratégias da empresa para aumentar as vendas para o mercado externo, acrescentando mais um item com elevado valor agregado – fios de cobre – ao seu mix de produtos). Ressaltam-se também os novos contratos para exportação de vergalhões de cobre e cátodos. O segmento metalúrgico após o incremento significativo no mês de novembro, com variação de 13,3%, acumula crescimento de 6,1% em 2003.

² Dados estatísticos disponíveis em www.anp.gov.br.

³ www.anp.gov.br



A Caraiíba Metais tem como objetivos principais a exploração e metalurgia do cobre, seu beneficiamento, transformação e comercialização, incluindo importação de minério e exportação de seus produtos e subprodutos. A matéria-prima básica utilizada no processo produtivo é o concentrado de cobre, sendo 88% importado e 12% de origem nacional. O principal produto comercializado é o cobre eletrolítico, predominantemente na forma de vergalhão.

O desfavorável desempenho da indústria de alimentos não reflete os bons resultados obtidos pela agricultura. Segundo dados da PIM-IBGE, a indústria de produtos alimentares caiu 5,3% no período compreendido entre janeiro e novembro de 2003. Os produtos derivados do cacau foram os principais responsáveis por este desempenho durante o ano, influenciado pela queda nas vendas de manteiga de cacau, interestaduais (São Paulo e Espírito Santo) e nas exportações (Estados Unidos, Canadá e Bélgica). Também as vendas de leite em pó apresentaram resultado negativo no período, em virtude do aquecimento das demandas local e de outros estados. “Segundo a EBDA, o consumo de leite da Bahia é de 1,1 milhão de litros/ano, enquanto a produção alcança apenas cerca de 800 mil litros/ano. Os preços pagos aos produtores apresentaram queda de 1,4%, em outubro, influenciados pelos altos estoques acumulados pelas indústrias de laticínios”.⁴

No segmento de papel e celulose, apesar de sua fraca performance devido às vendas domésticas concentradas em pequenas empresas que sofrem com o ambiente macroeconômico de elevadas taxas de juros, ocorreram aumentos nas vendas de celulose ao mercado interno (para Rio de Janeiro e São Paulo). No mercado externo, o segmento continuou apresentando resultados favoráveis nesses primeiros meses de 2003, explicado pela expressiva desvalorização do real e pelo elevado nível dos preços internacionais da celulose. Segundo dados da PIM, a produção física de papel e papelão caiu 27,7% no mês de novembro, acumulando uma queda de 4,8% em 2003.

A Veracel Celulose (Stora Enzo e Aracruz Celulose) está realizando um investimento da ordem de US\$ 1,25 bilhão na implantação de unidade produtora de celulose branqueada de eucalipto, no município de Eunápolis, com capacidade de 900 mil toneladas/ano. O fato é que o setor está limitado em seu potencial exportador pela plena utilização da capacidade instalada. Nesse sentido, cresce

a importância de novos investimentos. Prevê-se que, somente como projeto da Veracel, o país terá suas exportações incrementadas em US\$ 500 milhões anuais.⁵

Infelizmente, a PIM-IBGE ainda não contempla o desempenho da produção de automóveis na Bahia, que vem apresentando expressivo resultado no comércio exterior. Nos onze primeiros meses do ano, o valor exportado de automóveis chegou a US\$ 369 milhões, segundo dados da Secretaria do Comércio Exterior, o que corresponde a 12,3% do total dos produtos exportados baianos. Por outro lado, as vendas internas de veículos também têm apresentado resultados positivos nos últimos meses, após a tendência declinante observada ao longo de 2002, quando as vendas de veículos, motos e peças registraram queda de 12,5%. No período compreendido entre janeiro e outubro, verificou-se um aumento de 9,1% nas vendas destes produtos, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. Para os próximos meses, a expectativa é de queda nas vendas e, conseqüentemente, na produção de automóveis no país, apesar do esforço do governo em dinamizar as vendas desses produtos, através da redução do IPI e nas taxas de juros.

Mesmo que diante das dificuldades, 2003 coloca expectativas positivas para o próximo ano no setor industrial. A retomada do consumo doméstico, estimulado pela expansão do crédito e pela queda dos juros e da inflação, permite esperar um crescimento mais significativo para 2004. No entanto, é necessário um aumento na taxa de investimento por parte dos setores industriais, principalmente, aqueles que se encontram com baixa capacidade instalada. O aumento de investimentos propiciará o incremento do produto potencial, com a geração de novos empregos, produzindo efeitos sobre o nível de renda e conseqüentemente, reativando o consumo doméstico.

⁴ FIEB. Indicadores Industriais. nov. 2003, www.fieb.org.br

⁵ Idem.



Publique seu artigo

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Conjuntura & Planejamento.

Editada desde 1994 e registrada no ISSN, a C&P é uma publicação mensal que tem por objetivo tornar-se um veículo de debates e de difusão de informações sobre a conjuntura e o planejamento no Estado da Bahia e no Brasil.

São aceitas contribuições abrangendo as mais diversas linhas de conhecimento em Economia e em outras áreas das ciências sociais e humanas.



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, apresenta-se positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém taxas negativas, apesar da trajetória de crescimento. Os baixos rendimentos reais e as ainda elevadas taxas de juros reais continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Diante da conjuntura adversa, o Índice de Movimentação Econômica, em Salvador, apresenta-se negativo no acumulado do ano até outubro (-0,2%). Por outro lado, tem-se, como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações e do setor agropecuário.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, até outubro, taxa positiva de 1,2% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho das indústrias química (1,4%) e metalúrgica (5,2%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros de produtos de matérias plásticas (-22,1), bebidas (-22,3%), material elétrico e comunicação (-6,5%) e produtos alimentares (-3,8%).

No comércio exterior, o ano de 2003 manteve excelente desempenho. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e novembro, as exportações cresceram 39,1% e as importações cresceram apenas 2,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 1,244 bilhão.

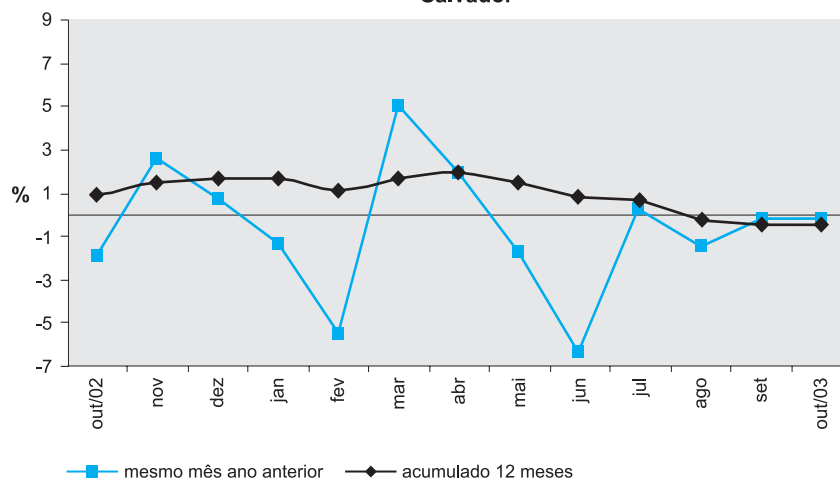
No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no acumulado do ano de 2003, até outubro, apresentou taxa negativa de 7,3%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período: destacam-se os decréscimos nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-9,7%) e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,5%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 9,1% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,4% em novembro, obteve variação de 0,4% em dezembro. Nesse mesmo mês, em 2002, o IPC-SEI teve alta de 1,7%. Em 2003, Salvador apresentou alta nos preços de 10,6%, abaixo do índice observado em 2002, 11,4%. Os grupos que mais influenciaram nesta alta foram: alimentos e bebidas (10,2%) e transporte e comunicação (13,5%).

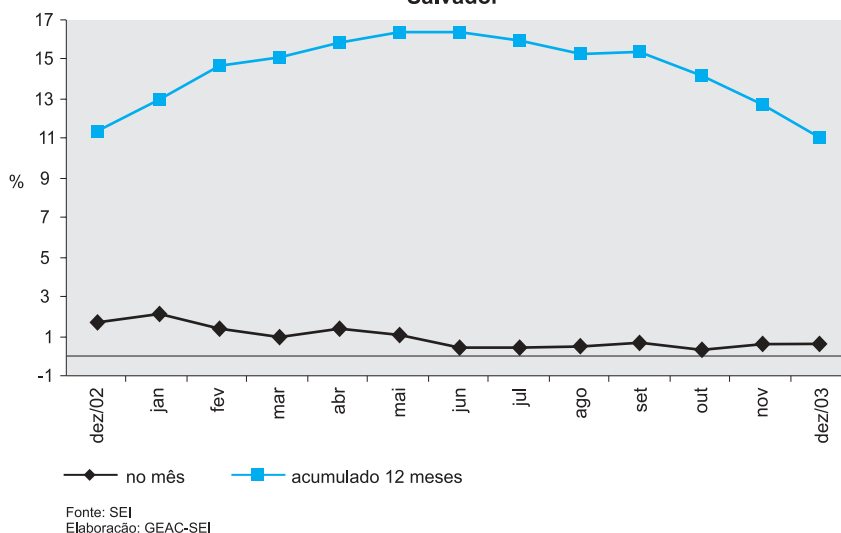
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS (26,8%), em novembro de 2003, caiu 0,6 ponto percentual em relação a outubro de 2003 (27,4%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 16,2%, em outubro, para 16,0%, em novembro. No mesmo período observou-se queda da taxa de participação: de 63,7% para 63,5%. O número de ocupados cresceu 0,7% (de 1.240 para 1.249 pessoas) e houve um decréscimo na PEA de apenas 0,1%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, apresentou, no mês de outubro de 2003, em comparação com o mês de outubro de 2002, acréscimo de 4,9%. No acumulado dos últimos 12 meses o resultado mostra taxa positiva de 0,2%, indicando estabilidade no nível de atividade econômica de Salvador.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



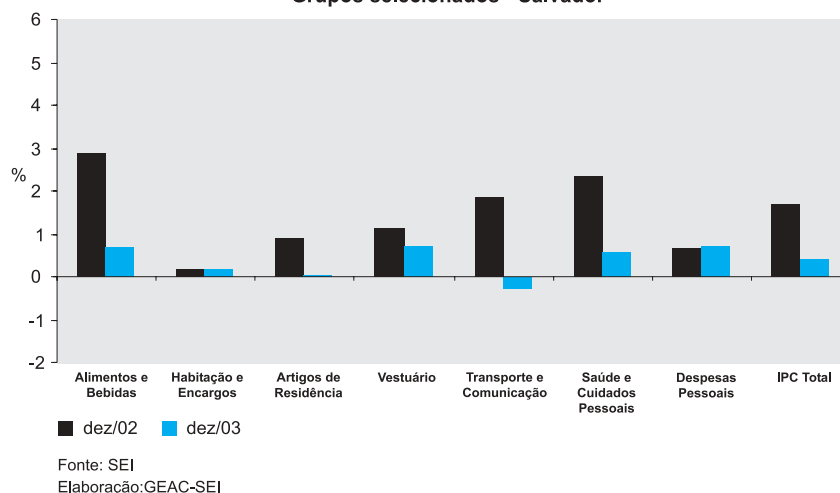
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI –, registrou, em dezembro, incremento de 0,4% nos preços. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado ficou em 10,6%, inferior ao resultado observado nesse indicador no mês de novembro (12,1%), apontando recuo dos preços em Salvador. Os grupos 'alimentos e bebidas' (10,2%) e 'transporte e comunicação' (13,5%) foram os que mais pressionaram a inflação nos 12 meses.

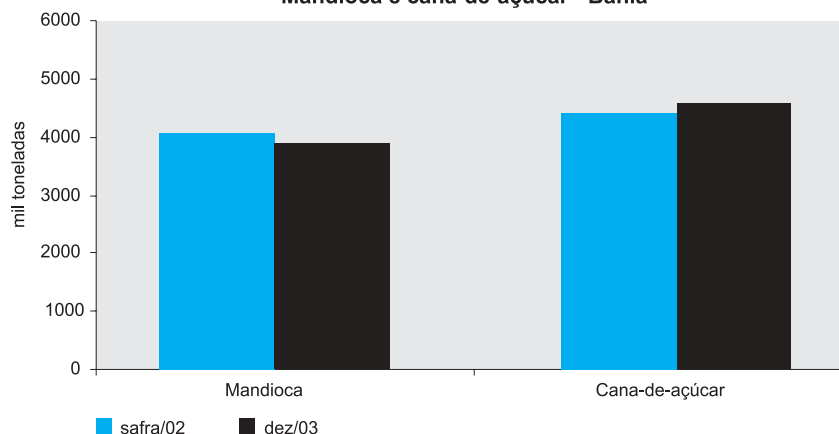
Os grupos 'despesas pessoais' e 'vestuário' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de dezembro, com elevação dos preços de 0,7% e 0,7%, respectivamente. O ítem 'cigarros' teve alta de 9,0% e 'roupas masculinas' de 1,8%. O grupo 'transporte e comunicação' foi o único a apresentar deflação no período (-0,3%), em decorrência da queda nos preços de 'combustíveis' (-2,1%).

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**



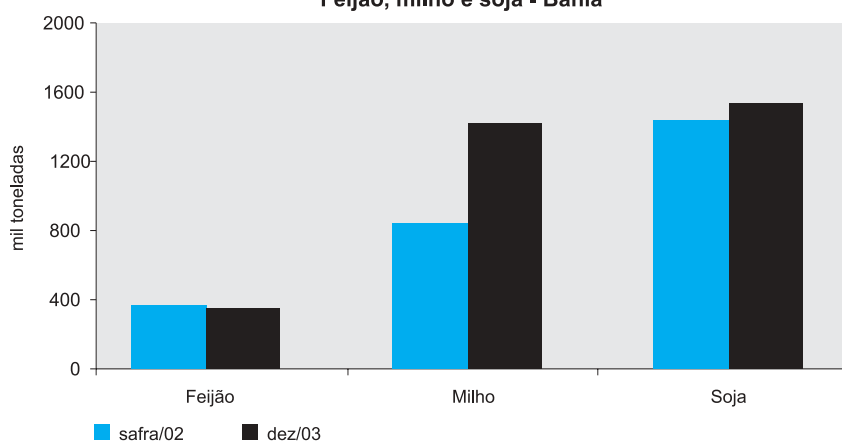
De acordo com as estimativas do LSPA/IBGE, de dezembro, para a safra de 2003, a produção de mandioca obteve uma queda de 4,4% em relação à safra 2002, acarretando queda no rendimento de 6,0%. Já nas estimativas para a produção de cana-de-açúcar, mesmo com um aumento de 2,7%, observou-se uma pequena queda de 0,4% na sua produtividade com o período de colheita já concluída.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

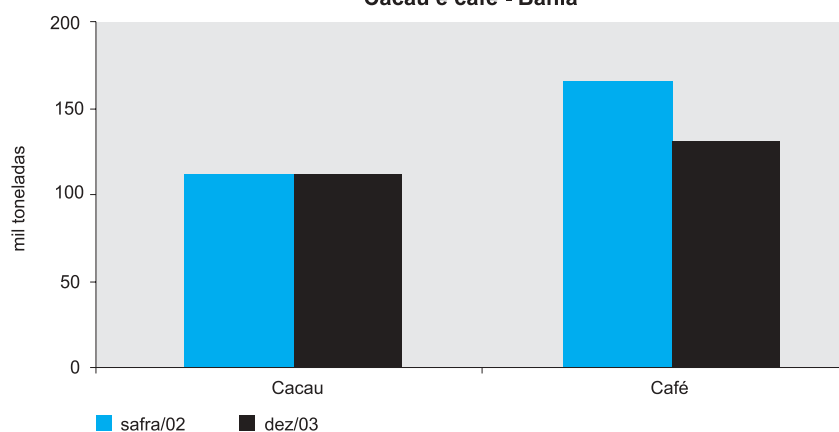


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

As estimativas para a safra de 2003 da produção de feijão registraram uma queda de 2,9% em relação à safra 2002, bem como na sua área colhida em 3,6%, em função dos baixos preços do produto no mercado interno. Já para produção de soja e milho ocorreu variação positiva de 6,3% e 70,8%, respectivamente, ambos em função do aumento da demanda internacional por grãos, ocasionando elevação dos preços no mercado internacional.

Para o cacau, as estimativas de produção para 2003, se igualaram às da safra 2002. O rendimento desse produto apresentou um incremento de 0,9%, apontando uma discreta recuperação, reflexo do programa de modernização da lavoura cacaueira que começa a apresentar bons resultados. A safra do café registrou uma queda de 23,1% na sua produção e de 20% no seu rendimento, fato relacionado ao período de colheita concluída.

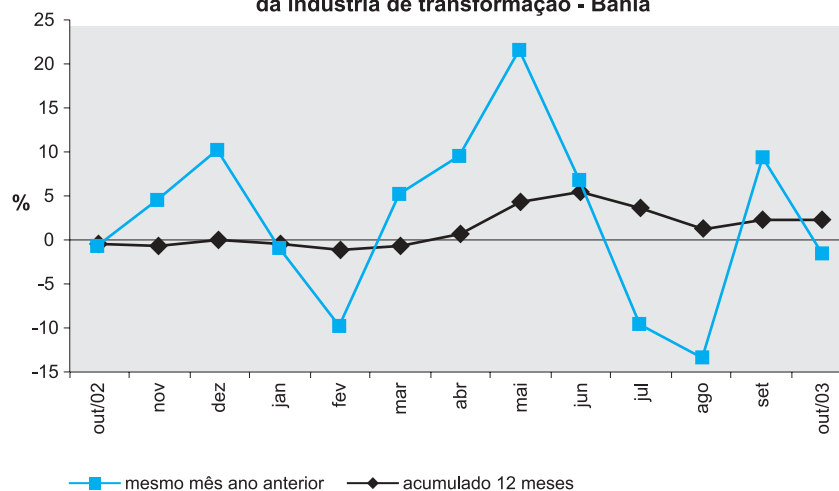
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

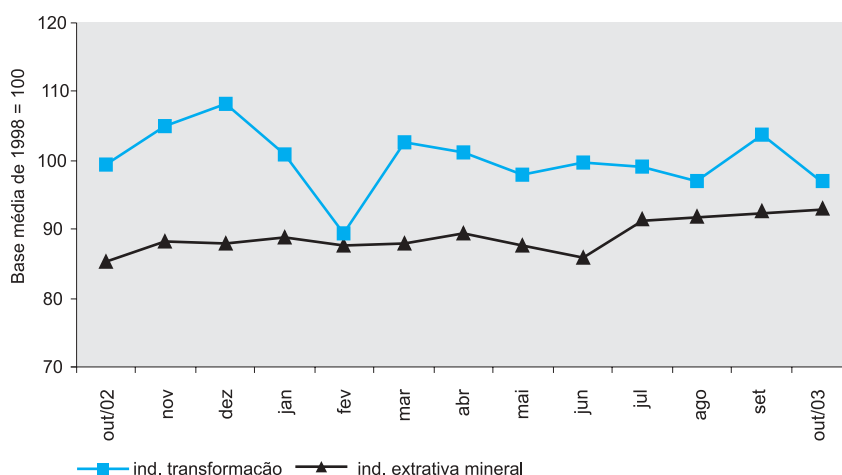
A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em outubro, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou decréscimo de 1,2%, em relação ao mesmo período do ano de 2002, voltando a apresentar indícios de instabilidade, como em meses anteriores a setembro. No entanto, a taxa nos últimos 12 meses ainda acumula resultado positivo de 2,3%, determinando a retomada de crescimento da produção industrial do Estado.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia

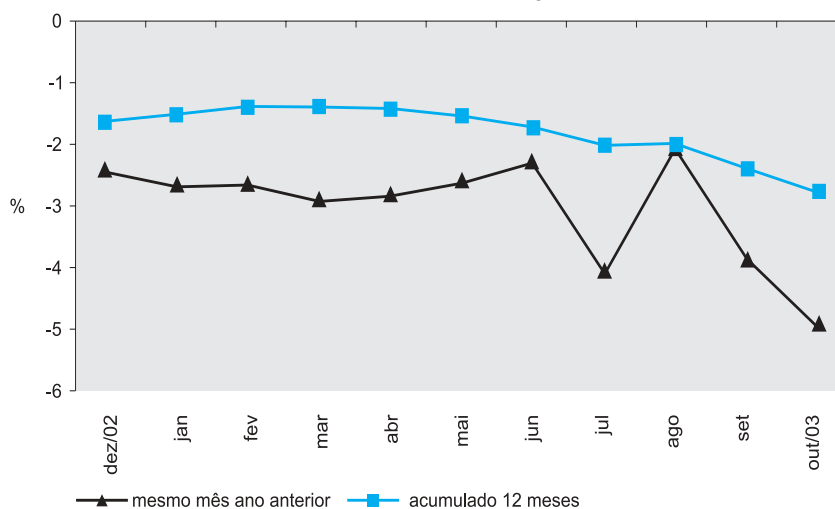


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em outubro, mostrou decréscimo de 6,3%, com relação ao mês de setembro. Assim, a trajetória durante o ano da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se em situação de estabilidade, derivada sobretudo pela dinâmica do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve ligeiro acréscimo de 0,5% no mesmo período de comparação.

Na comparação mensal, a indústria de transformação da Bahia (-5,5%) repete resultado negativo na taxa de pessoal ocupado assalariado em outubro. Em termos setoriais, foram importantes para a formação da taxa observada, os resultados assinalados pelos ramos de vestuário (-25,1%) e produtos químicos (-15,6%). Positivamente as maiores influências vieram de calçados e couro (11,2%) e fumo (37,8%).

Taxa de variação do pessoal ocupado da indústria de transformação - Bahia

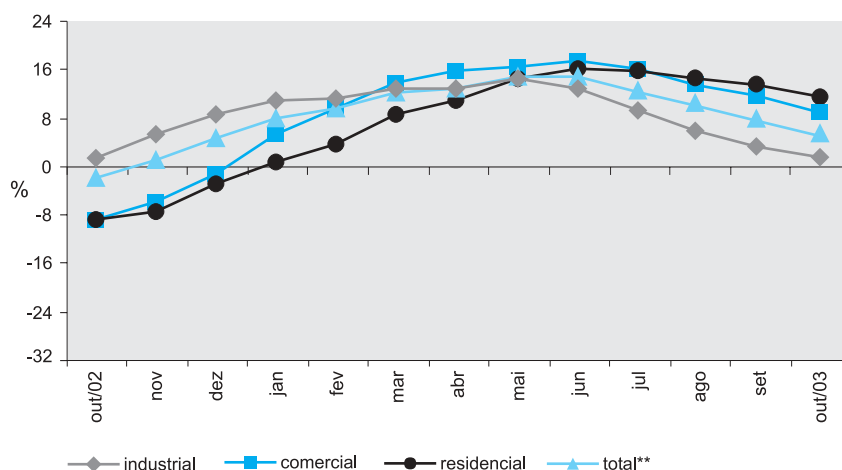


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI



O consumo total de energia elétrica do estado da Bahia, no acumulado dos últimos 12 meses, com resultado positivo da ordem de 6,4%, apresenta trajetória decrescente na curva, refletindo principalmente o comportamento do consumo dos demais segmentos. O consumo industrial passou de uma taxa de 3,8% para 1,9%, a classe comercial de 12,2% para 10,7% e a classe residencial de 14,0% para 12,8%.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



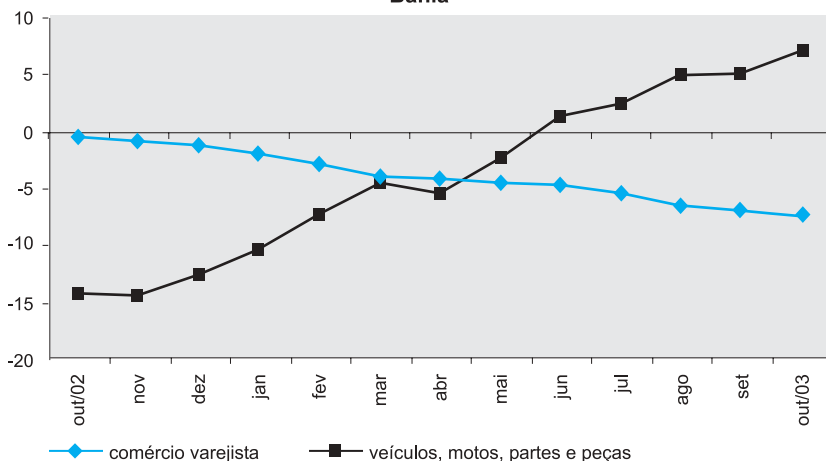
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC-SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

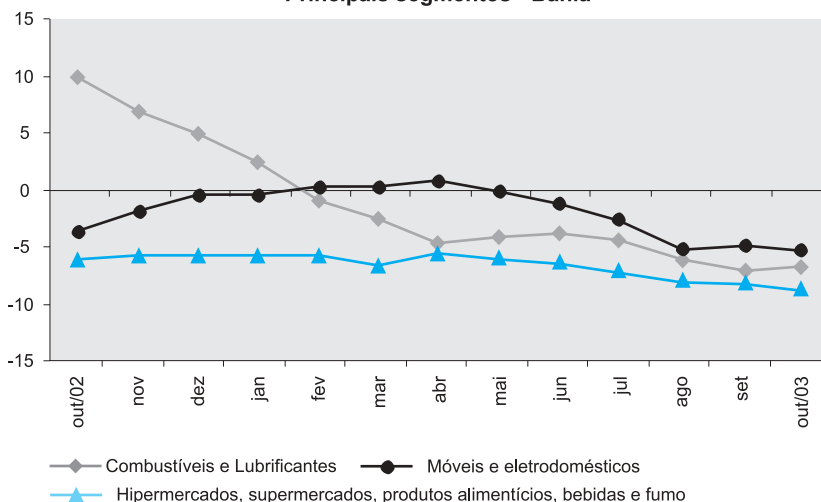
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em outubro, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 3,8% comparado com outubro de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 7,0%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 20,9% em relação ao mês de outubro de 2002, acumulando variação positiva de 6,8% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de hipermercados e supermercados, produtos alimentícios* (-9,4%) e 'tecidos, vestuário e calçados' (-8,8%) foram os que contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em outubro de 2003. O primeiro segmento acumula recuo de 9,0% nos últimos 12 meses, comparado com o mesmo período do ano passado, e, o segundo, recuo de 7,8% na mesma comparação. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



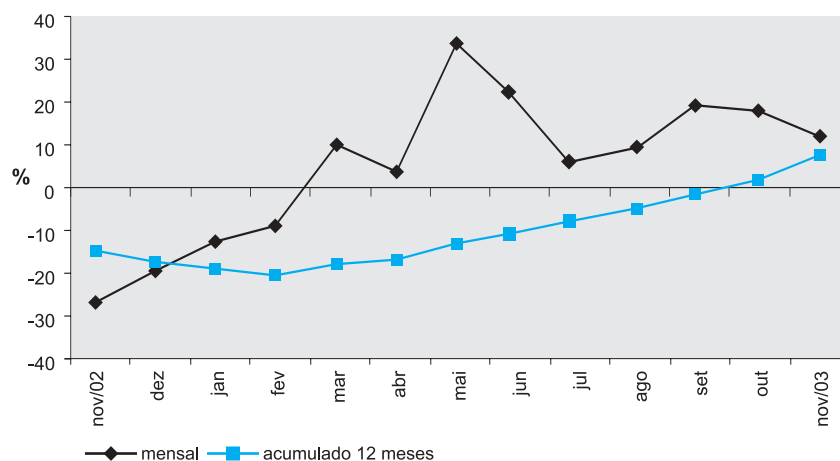
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

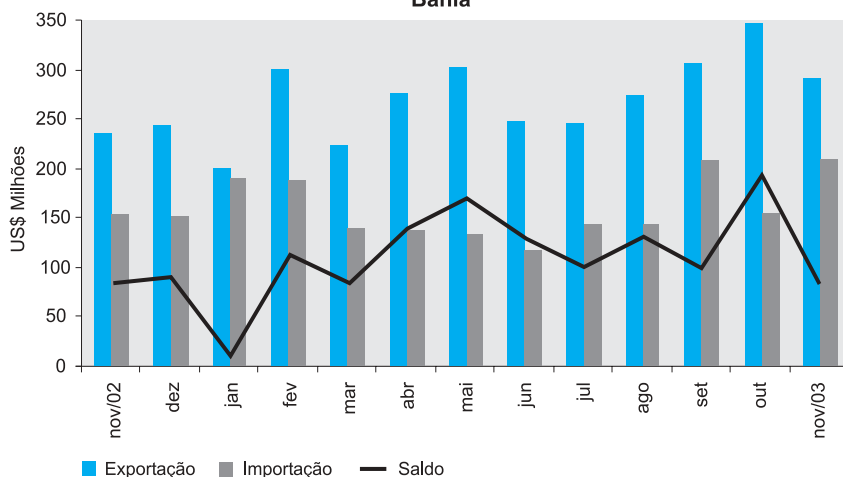
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, mantém crescimento em 2003. Na Bahia, em novembro, observa-se acréscimo de 11,4% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em outubro, esse resultado já havia sido de 18,5%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até novembro mantém-se positiva (6,4%), acima do resultado observado até outubro (2,8%).

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

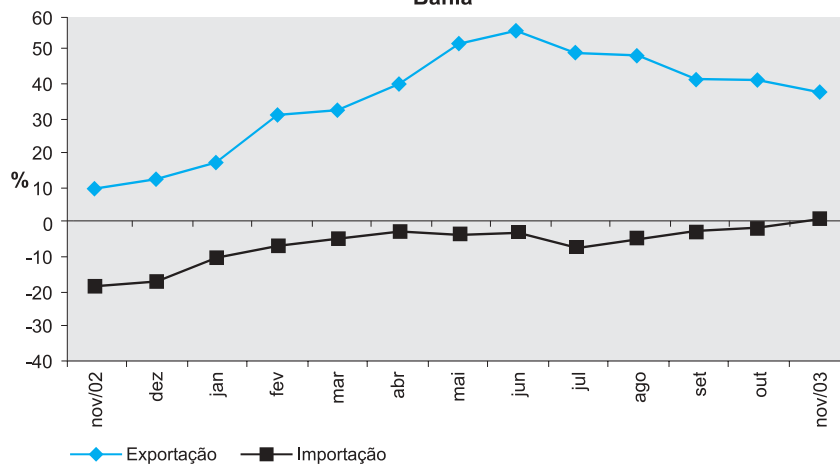


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou, em novembro de 2003, um superávit de US\$ 80,3 milhões, em decorrência tanto do acréscimo das exportações, que alcançaram US\$ 289,8 milhões (22,7% em relação a novembro de 2002), quanto das importações, que registraram US\$ 209,5 milhões (36,7%). Esse resultado do saldo comercial tem sido, principalmente, devido ao acréscimo nas vendas externas de produtos como automóveis e combustíveis.

O resultado do comércio exterior baiano, segundo os resultados do acumulado nos últimos doze meses, indica que as exportações registraram alta significativa, de 39%, e, as importações, uma pequena alta de 0,4%. O desempenho das exportações deve-se, principalmente, à política externa brasileira de estabelecer acordos comerciais com mercados não-tradicionais, como China, México e demais países asiáticos e africanos.

Taxa de variação da balança comercial*
Bahia

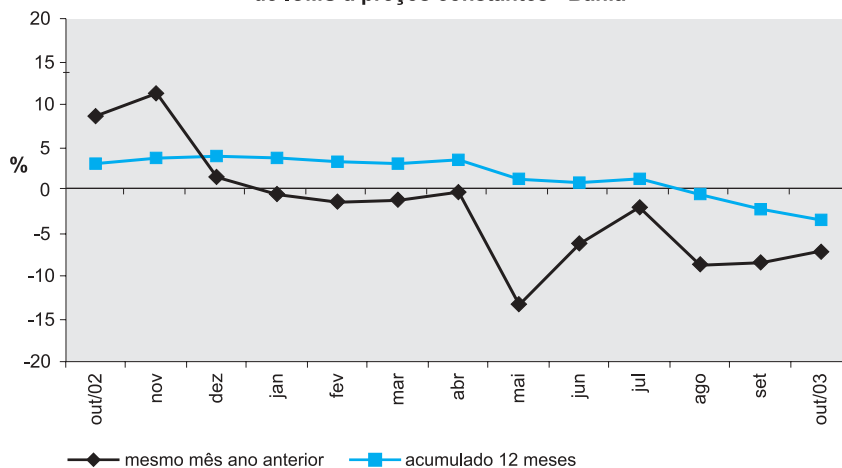


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses



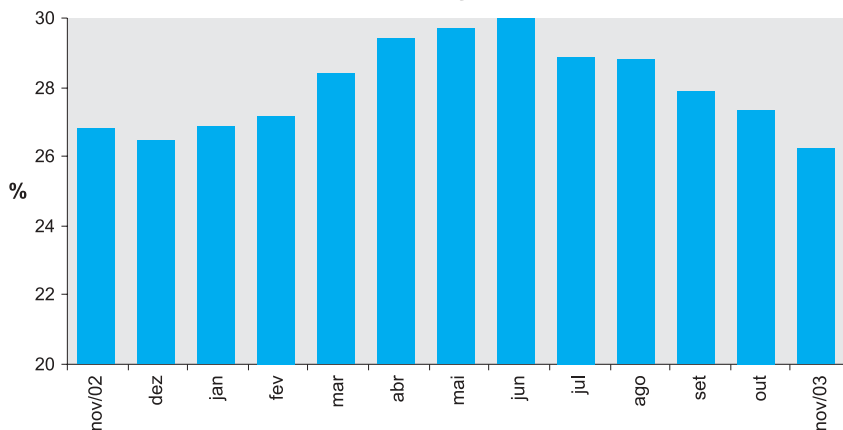
A arrecadação de ICMS, em outubro de 2003, da ordem de R\$ 497,5 milhões, ficou 7,6% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 4,0% abaixo da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Esse resultado expressa o baixo desempenho da arrecadação do Estado no ano de 2003, que já acumula uma queda de 5,9%, com um volume de R\$ 4,7 bilhões em valores reais.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

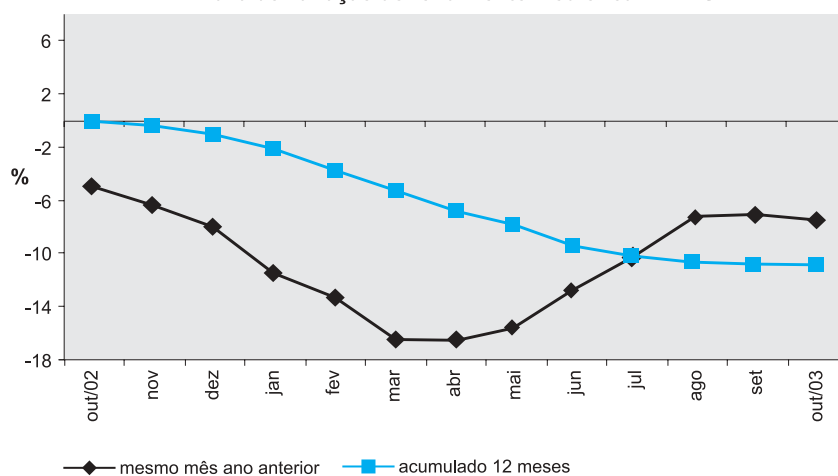


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 26,8% em novembro. Essa taxa está abaixo da registrada no mês de outubro (27,4%), e reflete o mesmo resultado de novembro de 2002 (26,8%), representando uma ligeira recuperação do mercado de trabalho baiano, provavelmente impulsionado pelas contratações sazonais do comércio e das atividades de serviços verificadas durante o verão.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de outubro, apresentou redução de 6,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 10,8% até outubro, comparada ao mesmo período do ano anterior. Apesar das taxas negativas, esses resultados indicam movimento de estabilidade na renda.

Taxa de variação do rendimento médio real* - RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

Perspectivas para a agricultura em 2004

AGRICULTURA FAMILIAR VERSUS AGRICULTURA PRODUTIVISTA

As transformações agrícolas mais recentes nos trouxeram um modelo de produção euro-americano, fruto da grande evolução na área da biotecnologia. Este modelo traz uma série de alterações no modo de produção rural que implica maior inserção do campo no mercado.

A padronização tecnológica se torna figura comum, normas de dimensões e qualidade do produto final passam a ser exigidas e estipuladas. Com isso, práticas como melhoramento genético, motorização, mecanização e produtos com maturação homogênea são postos em funcionamento. Aliado a isso, surge também o controle de pragas e doenças por meio de pesticidas químicos e a utilização de esterco é substituída pela fertilização. A regulamentação industrial passa também a normatizar e exigir do setor características pré-definidas.

Esse processo obteve resultados importantes no curto prazo. Os rendimentos físicos, tanto da terra quanto da

produtividade do trabalho, se elevaram na medida em que os custos unitários de produção se reduziram.

Porém, este modelo de produção trouxe, devido à sua estrutura, uma maior marginalização ao produtor familiar, na medida em que o produto criado por ele não cumpre com as novas requisições do mercado, pois não conseguiu acompanhar as mutações sofridas pelo processo produtivo, nem mesmo respondendo às novas exigências da regulamentação industrial (COUTO & DUFUMIER, 1998).

É esse setor produtivista da agricultura brasileira que vem conseguindo sucessivos recordes de safras ano após ano. No entanto, a representatividade deste tipo de agricultura, em termos de população empregada, é bem inferior ao da agricultura familiar (Tabela 1). Além disso, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a produção familiar é responsável por 84% da produção de mandioca, 67% da produção de feijão, 54% da produção de leite, 49% da produção de milho, 40% da produção de aves e ovos e por 55% da produção de suínos.

Tabela 1
Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção
Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	4.859.864	100	353.611.242	100	47.796.469	100
Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
renda média	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6
quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61
Instituições Religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Entidades Públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1
Não Identificado	132	0	8.280	0	960	0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

O produtor familiar, de maneira geral, não tem acesso aos avanços percebidos na agricultura neoprodutivista. Ademais, programas governamentais ainda esbarram na estranha crença que há entre os economistas brasileiros de que a desigualdade social na distribuição da renda não se constitui

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

** Estudante da FCE/UFBA e membro do NEC.



um empecilho ao processo de crescimento econômico. No entanto, acreditando que uma melhor distribuição de renda poderia favorecer as relações de consumo a partir da propensão marginal a consumir mais elevada das camadas sociais menos abastadas, a desigualdade só contribui para um maior entrave no crescimento.

O processo de industrialização do país se deu sem a ocorrência da Reforma Agrária e este fato tornou, para alguns pensadores, o aspecto econômico desta, secundário. Assim, toma um caráter apenas social. A agricultura familiar vem sendo apoiada de forma muito tênue, sem o aprofundamento necessário que merece o desenvolvimento rural. Como consequência, os programas de fomento da agricultura familiar ficam a cargo de programas assistenciais (VEIGA, 2003).

Prova disso é que mesmo com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 76% dos estabelecimentos familiares não foram atendidos. Apenas 16,7% dos agricultores receberam alguma assistência técnica. No Nordeste, essa taxa cai para 2,7% dos estabelecimentos.

SITUAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM 2003

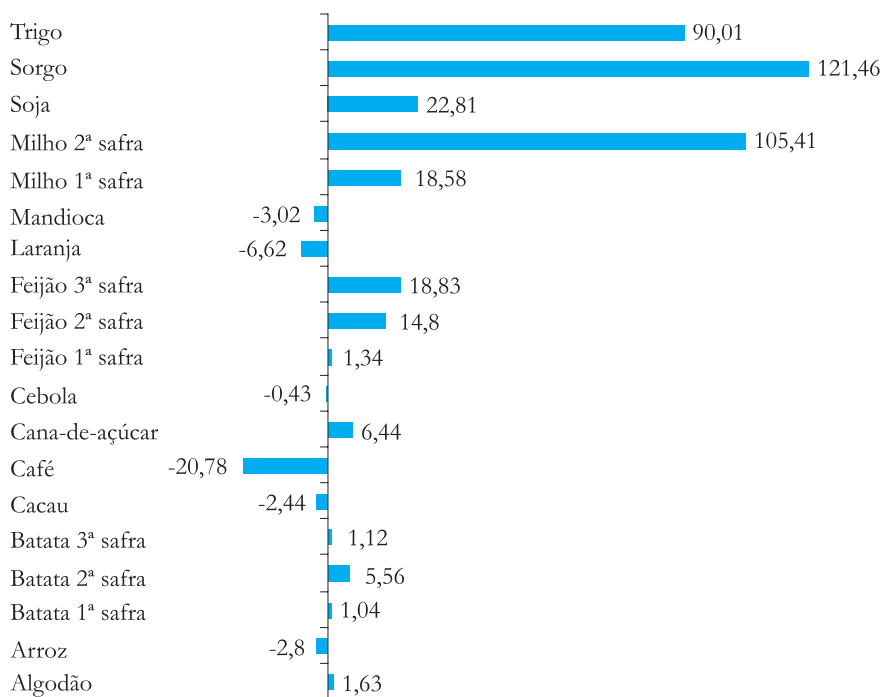
A verdade é que a produção voltada para as exportações é a única que tem conseguido driblar a contração da demanda interna, mantendo níveis altos de produção e,

talvez por isso, tem recebido maior atenção do governo. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, de novembro/2003, mostra apenas um destaque: a produção de trigo, que cresceu 2,77% em relação a outubro/2003, fruto de ajustes em informações dos estados do Paraná e de Santa Catarina, pois a colheita nestes estados já foi encerrada.

Entre os produtos analisados pela pesquisa, treze apresentaram variação positiva na estimativa em relação ao ano anterior: algodão, batata-inglesa 1ª safra, batata-inglesa 2ª safra, batata-inglesa 3ª safra, cana-de-açúcar, feijão em grão 1ª safra, feijão em grão 2ª safra, feijão em grão 3ª safra, milho em grão 1ª safra, milho em grão 2ª safra, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão. Já com variação negativa, temos arroz em casca, cacau em amêndoa, café beneficiado, cebola, laranja e mandioca.

A produção nacional de cereais leguminosas e oleaginosas, para a safra 2002/2003, supera a safra obtida em 2002 em 26,02%. Para o trigo, a produção está estimada em 5,5 milhões de toneladas, 90% maior que a de 2002, que foi de apenas 3 milhões de toneladas. Os principais estados produtores são Paraná e Rio Grande do Sul, que esperam resultados de 2,9 milhões de toneladas e 2 milhões de toneladas, respectivamente. A colheita do Rio Grande do Sul não encerrou ainda, mas já se encontra com 97% da área plantada colhida.

Gráfico 1
Taxa de variação da safra (estimativa) 2003 em relação à safra 2002



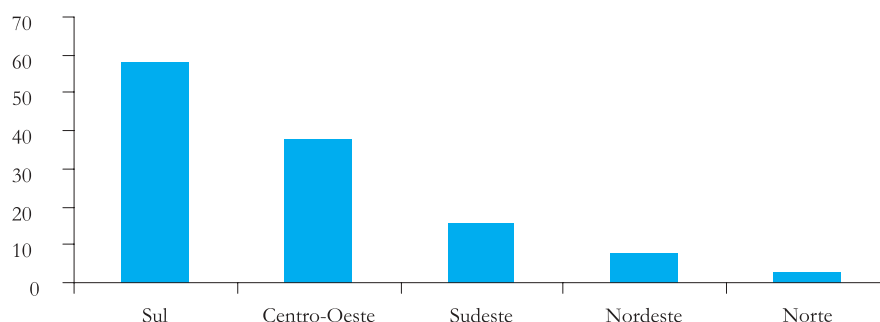
Fonte: IBGE, DPE, COAGRO Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

As exportações do agronegócio brasileiro cresceram 25,5% no acumulado do ano até setembro/2003, em relação a igual período do ano passado, chegando a US\$ 23,60 bilhões, cerca de 44% do total das exportações do país que, somadas, chegam a US\$ 52,79 bilhões. As importações do setor subiram 4,3% em comparação a 2002, chegando a US\$ 5,99 bilhões.

A quantidade¹ de produtos exportados pelo agronegócio brasileiro cresceu 20,3%, em relação a igual período de 2002. Dentre os produtos que apresentaram crescimento de quantidades exportadas, destacam-se peixes e crustáceos (33,8%), carnes (30,7%),

¹ As discussões sobre quantidades e preços baseiam-se em resultados provenientes do cálculo de índices pela fórmula de Fisher.

Gráfico 2
Distribuição da produção de cereais, leguminosas
e oleaginosas por Região - Brasil



Fonte: IBGE, DPE, COAGRO Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Tabela 2
Brasil - Balança Comercial, Janeiro a Setembro de 2002 e 2003

Ano	Total*			Agronegócio*			Partic. Do Agronegócio %	
	exportação	importação	saldo	exportação	importação	saldo	exportação	importação
2002	43,52	35,66	7,86	18,81	5,74	13,07	43,2	16,1
2003	52,79	34,99	17,8	23,6	5,99	17,61	44,7	17,1

Fonte: IEA/APTA/SAA-SP, a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

* Valores em US\$ bilhão

algodão (28,3%), madeira e seus produtos (25,9%) e soja (24%). Cerca de 53,1% do valor das exportações do agronegócio correspondem a produtos manufaturados e semifaturados.

PERSPECTIVA PARA SAFRA 2004

A estimativa da área plantada ou a plantar, para os onze produtos considerados, é de 43,400 milhões de hectares, superior em 2% a área plantada para a safra de 2003. Se esta comparação fosse realizada em relação à área colhida, a variação passaria a ser de 4,16%. Vale ressaltar que as informações sobre as áreas plantadas e a plantar foram colhidas nas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, e nos estados de Rondônia, Maranhão, Piauí e Bahia. Nas demais unidades da federação, por apresentarem calendário agrícola diferente, as informações de 2003 foram repetidas pelo IBGE.

Dos onze produtos, cinco apresentaram uma variação positiva em relação à área plantada: algodão herbáceo (20,44%), amendoim 1ª safra (3,75%), arroz em casa (3,47%), fumo em folha (14,14%) e soja (7,24%). As variações negativas ficam por conta de: batata-inglesa 1ª safra (-5,0%), cana-de-açúcar (-4,21%), cebola (-10,24%), feijão em grão 1ª safra (-3,47%), mandioca (-1,35%) e milho 1ª safra (-4,57%).

Quando analisamos a quantidade esperada destes produtos, sete apresentam variações positivas: algodão herbáceo (22,10%), amendoim 1ª safra (3,15%), arroz em casca (10,94%), feijão em grão 1ª safra (13,01%), fumo em folha (30,81%), mandioca (5,02%) e soja (7,48%). Com variação negativa temos: batata-inglesa 1ª safra (-2,64%), cana-de-açúcar (-0,14%), cebola (-1,88%) e milho em grão 1ª safra (-2,61%).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar*. Disponível em: <www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/balanco/downs/balanc2002.pps> Acesso em: 27 nov. 2003.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. *Caderno CRH: Faces do novo rural*, Salvador, n. 28, jan./jun. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Levantamento sistemático da Produção Agrícola*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2004.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. *Balança comercial dos agronegócios Janeiro a setembro de 2003*. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2003.

VEIGA, José Eli da. *Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira*. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2003.



Grupos vulneráveis do mercado de trabalho: o caso dos jovens

Atualmente o desemprego constitui-se em uma das maiores preocupações da sociedade moderna, apresentando-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, uma vez que atinge aos diversos segmentos da população de modo bastante diferenciado. No entanto, inúmeras pesquisas têm mostrado que determinados grupos de pessoas encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em virtude de possuírem certas características consideradas como fatores “negativos”. Tais características estão relacionadas a idade, sexo, condição física, cor, escolaridade, migração, local de domicílio etc. Verifica-se que há um problema de distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho impostos a uma parte da população.

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos principais fatores que contribuem para intensificar o problema da maior vulnerabilidade do jovem, no que diz respeito à sua oferta de trabalho.

De acordo com Offe (1989, p. 45), a distribuição desigual dos riscos estruturados no mercado de trabalho pode ser evidenciada de três modos. O primeiro modo é verificar quais grupos da população ficam mais freqüente e demoradamente desempregados, possuem maiores dificuldades de encontrar uma colocação no mercado de trabalho, são demitidos mais facilmente, auferem menores rendimentos, ocupam com freqüência postos de trabalho restritivos (no sentido de reduzida autonomia) e estão mais expostos a riscos na sua capacidade física e

na qualificação de sua força de trabalho. Tais características não variam independente e isoladamente, mas se concentram em determinados segmentos da população ativa.

O segundo modo é a observação de que essas características acima referidas não estão apenas intrinsecamente relacionadas entre si, mas também com características que não são “adquiridas”, como educação, renda, domicílio etc., mas socialmente “atribuídas” (“adscritícias”) e, portanto, praticamente imutáveis, como idade, gênero, condição física e cor. Assim, grupos formados por jovens, idosos, mulheres, deficientes físicos e negros, entre outros, experimentam um maior grau de dificuldade para ocupar um posto de trabalho.

Inicialmente, acreditava-se que o processo de modernização das sociedades reduziria a importância das características “atribuídas” ao indivíduo no mercado de trabalho. Essa crença partia do princípio de que a sociedade do trabalho tinha como princípio a igualdade universal de chances e da liberdade contratual. O trabalhador seria do tipo “abstrato” normal, cuja situação social não seria determinada pelo *status* grupal herdado ou atribuído, mas apenas pela situação coletiva de classe e por processos de mercado que estabeleceriam as premissas e os limites para características estritamente individuais de *performance* e êxito no mercado (*Ibid.*, p. 46). Todavia, o que se tem observado é que, apesar do processo de modernização da sociedade, os atributos relacionados às características “adscritícias” ainda contribuem para aumentar a desigualdade na distribuição dos riscos do mercado de trabalho, dificultando a inserção profissional de certos segmentos da população.

O terceiro modo, por sua vez, refere-se à observação de que as políticas públicas de mercado de trabalho têm sido desagregadas em função das especificidades de certos grupos. Tais políticas já não são direcionadas apenas para objetivos globais em termos de ocupação e qualificação, mas levam em conta, cada vez mais, o objetivo de favorecer a inclusão de determinadas parcelas da população no mercado de trabalho, quais sejam, os grupos mais vulneráveis.

* Professora Colaboradora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: aclcouth@ig.com.br

A partir do conjunto dessas observações, configura-se um quadro caracterizado por uma distribuição altamente irregular de riscos, fortemente estruturada no mercado de trabalho, cujo padrão associa-se a características do tipo “adscritícias”. Entre os atributos sexo, cor, idade e migração, por exemplo, a idade é um dos que mais discriminam. Assim, a partir da análise da situação do jovem no mercado de trabalho, constata-se sua inclusão em um grupo vulnerável, sujeito a certos riscos, diferente daqueles que atingem o segmento composto pela população ativa adulta. Sua vulnerabilidade consiste, de forma tautológica, na sua própria juventude, isto é, pelo fato de ter pouco contato com o mundo do trabalho, tem maiores obstáculos para encontrar uma ocupação.

Em geral, o funcionamento do mercado de trabalho não é favorável ao jovem. De um lado, ele se depara com dificuldades adicionais de inserção ocupacional, especialmente por causa da pouca ou nenhuma experiência profissional. Isso se constitui em uma grande barreira, já que uma das exigências dos empregadores é a experiência comprovada. Cria-se, portanto, um círculo vicioso, em que o jovem não trabalha porque não tem experiência e não tem experiência porque não trabalha. De outro lado, em razão da existência de um excedente de força de trabalho no mercado, ele enfrenta as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo que ocupar funções, em muitos casos, de menor qualidade.

Algumas das dificuldades referem-se a certos estereótipos vinculados a esse segmento: menos compromisso e responsabilidade, menor disciplina, “alergia ao trabalho” etc. Assim, acredita-se que o jovem seja mais propenso a deixar o emprego voluntariamente; mas, de outro lado, ele está mais exposto ao risco de ser despedido (“último a entrar, primeiro a sair”).

Há um certo consenso por parte dos empregadores de que os jovens se caracterizam por uma autonomia apenas relativa e por uma menor responsabilidade. Em alguns casos, os jovens (geralmente das economias mais desenvolvidas ou de origem social mais favorecida) são taxados de trabalhadores que dão uma contribuição secundária para a família, tratados diferentemente em relação aos trabalhadores adultos (MADEIRA, 1986). Desse modo, sofreriam menores pressões sociais e morais para a opção pelo desemprego voluntário, assim como as empresas enfrentariam menores pressões ao terem que escolher pela demissão de um jovem ao invés da demissão de um adulto (CAMARANO, *et al.*, 2001, p. 34).

Além disso, em geral, os trabalhadores jovens estão menos amparados pelas leis de proteção ao emprego. No caso do Brasil, as multas por rescisão contratual estabelecem cálculos com base no tempo de serviço. Por conta disso, o custo de oportunidade para a demissão de um trabalhador jovem é menor do que o custo de demissão de um trabalhador adulto, em caso de flutuações da demanda agregada (*Ibid.*, p. 35).

Quanto ao problema da pouca idade do jovem e, em consequência, sua menor experiência, é importante destacar que esse problema poderá ser revertido com o passar do tempo; porém, durante essa fase, é comum a passagem dos jovens por diversos tipos de ocupações precárias e irregulares até que consigam se estabilizar no mercado de trabalho.

Assim, essas dificuldades encontradas pelos jovens devem ser analisadas pela ótica da oferta de mão-de-obra. É uma forma de estudar esse problema, levando-se em consideração os valores e atitudes dos jovens diante do trabalho, fato esse que se reveste de um forte caráter sociológico. Segundo essa vertente, além da incidência demográfica, da evolução das taxas de participação ou do baixo nível de escolaridade, seriam os próprios jovens que se auto-excluiriam do emprego, devido a uma suposta rejeição, por parte destes, da disciplina trabalhista e sua fraca motivação para o trabalho¹.

Os empregadores acreditam que a maioria dos jovens possui atitudes negativas em relação ao valor do trabalho: os consideram trabalhadores instáveis e irresponsáveis que, além de apresentarem baixo desempenho, costumam registrar muitas faltas ao trabalho. Essas atitudes explicariam as maiores barreiras para a contratação da maioria dos jovens. Essa forma de analisar o problema

¹ Os jovens veriam o trabalho como algo penoso, uma obrigação desagradável, fonte de tédio. É importante lembrar que trabalho tem origem etimológica em *tripalium*, um objeto com três pés que era utilizado para submeter um condenado à tortura. Em toda a tradição cultural judaico-cristã, o trabalho está muito associado à idéia de sofrimento. Em Gênesis, o trabalho aparece como um castigo, vinculado ao pecado original e à expulsão do Éden, onde não era necessário trabalhar para sobreviver. Já São Paulo considerava o trabalho como uma obrigação moral: quem não trabalha não come (SANCHIS, 1997, p. 163-4). Foi através de Max Weber, influenciado pela ética calvinista, que o trabalho passou a ser visto como valor central na vida do indivíduo. É normal que o homem trabalhe. Assim, conforme Molitor (1993, p. 294), “a riqueza do homem é sua força de trabalho (ou sua qualificação) e deve obter por ela uma remuneração justa. O trabalho deve realizar-se dentro do marco de condições decentes de emprego. Este enobrece o homem e lhe assegura dignidade e status social. O trabalho é também uma forma de participar das ações de transformação coletiva da sociedade (...)”.



do desemprego juvenil é muito comum na sociedade em geral e não apenas nos meios empresariais.

Todavia, a rejeição ao trabalho por parte dos jovens não deve ser generalizada, visto que não existe uma homogeneização de comportamentos e atitudes dos jovens perante o trabalho. Como afirma Pais (1991), o mercado de trabalho juvenil não é homogêneo. Os jovens que estão concorrendo a uma vaga diferenciam-se em razão do gênero, de sua origem social, do grau de escolarização e dos seus projetos profissionais. Assim, uma mesma situação econômica ou o mesmo emprego podem ter significados variados em razão das características sociológicas de quem o ocupa. Dessa maneira, as diferentes atitudes dos jovens diante do emprego/desemprego e suas diversas estratégias de inserção profissional dependem desses condicionantes.

Na verdade, os jovens não rejeitam o trabalho. Há jovens que são mais seletivos e podem enfrentar sem grandes problemas um período maior de inatividade ou de desemprego. De modo geral, esse comportamento é próprio dos jovens originários das classes sociais mais favorecidas, que se mostram mais exigentes na busca por trabalho. Procuram um que lhes proporcione alguma realização profissional e não encaram o trabalho apenas pelo seu caráter instrumental. Aqueles que possuem cursos de nível superior rejeitariam mais facilmente os empregos considerados de baixa qualidade e de menor prestígio social e esperariam por uma ocupação mais condizente com sua escolaridade e com seus interesses. Já os jovens com menor nível de escolaridade, assim como aqueles provenientes dos estratos sociais mais baixos, teriam menor capacidade de escolha e seriam levados a aceitar o emprego que estivesse disponível (*Ibid.*).

Uma pesquisa realizada por Bajoit e Franssen, sobre os jovens belgas, e de Chiesi e Martinelli, sobre os jovens italianos, concluiu que a recusa ao trabalho aparece apenas entre uma minoria de jovens. Segundo esses autores, o trabalho ainda é um elemento central na vida dos jovens, mas, atualmente, o encaram de outra forma, procurando combiná-lo com elementos de liberdade e autonomia, no sentido de buscar a realização profissional, além da redução do tempo dedicado ao trabalho (MARTINS, 2001, p. 65).

Há outros estudos que explicam a persistência de altas taxas de desemprego entre os jovens em função de certas características próprias da juventude, tais como a onipotência e a intermitência. É comum entre os jovens o descompasso entre a formação profissional adquirida

e a procura por um trabalho atraente. Acreditando que tudo podem, buscam ocupações distantes da sua realidade, incompatíveis com os requisitos que possuem. Além disso, costumam ter pretensão salarial não condizente com os salários pagos no mercado (CENTERFOR/OIT *apud* MADEIRA; RODRIGUES, 1998, p. 458).

Sob diversos contextos culturais, o trabalho é considerado como um dos aspectos mais importantes nas relações entre as diversas gerações e, através dele, se acentuam os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, além de desenvolver-se o próprio processo de reprodução econômica e social (CHIESI; MARTINELLI, 1997, p. 110). Portanto, não tem fundamento aceitar a idéia de que o jovem recuse a ética do trabalho, apesar dos empregadores acreditarem nisso e usarem esse argumento para justificar sua resistência à contratação de trabalhadores jovens. A rejeição do trabalho pelos jovens pode ser, no máximo, um fenômeno de minorias.

De acordo com Sanchis (op. cit., p. 169-170), o que ocorre é que mais freqüentemente são os jovens que criticam certos modelos hierárquicos tradicionais, reivindicam mais autonomia, exigem melhores condições de trabalho, buscam um salário incompatível com suas competências e reclamam das extensas jornadas de trabalho. Mas deve-se levar em consideração que essas atitudes e aspirações do jovem não são assim tão diferentes daquelas do conjunto dos trabalhadores.

Sobre essa questão dos jovens desejarem salários incompatíveis, cabe ressaltar que isso tem alguma relação com o inconformismo de muitos em aceitar ganhos tão pequenos. Os baixos salários pagos no Brasil, por exemplo, não permitem a muitos desses jovens e suas famílias terem uma vida minimamente digna. É por conta desse inconformismo que alguns vêm na entrada no mundo da marginalidade uma saída, uma forma de obterem maiores ganhos.

Feitas essas considerações, verifica-se a existência de uma seletividade no mercado de trabalho, que recai negativamente sobre os jovens em virtude dos estereótipos a eles atribuídos. Contudo, a maior ou menor seletividade do mercado deve ser analisada também em função da dinâmica global da economia e, conseqüentemente, dos seus efeitos sobre o desempenho do mercado de trabalho. Assim, segundo Gimenez (2001), há uma relação inversa entre a elevação do nível de empregos em função do crescimento econômico e a seletividade do mercado de trabalho. Dessa forma,



quanto maior a criação de postos de trabalho, menor a seletividade que restringe a inserção dos segmentos mais vulneráveis da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente há uma grande preocupação com a problemática do alto desemprego, sobretudo, dos jovens. Ao se analisar a evolução desse indicador, nota-se que esse grupo tem sofrido com mais intensidade as dificuldades de encontrar uma colocação no mercado de trabalho, principalmente daquele que está em busca do seu primeiro emprego. Na comparação com os adultos, tais dificuldades são maiores para os jovens, porque há uma distribuição irregular dos riscos estruturados no mercado de trabalho que recaem fortemente sobre eles. E a maior vulnerabilidade que caracteriza esse segmento deve-se, em primeiro lugar, ao problema da idade. Esta é uma das características atribuídas que mais discriminam, problema que pode ser revertido com o passar do tempo.

Além disso, enquanto o indivíduo é jovem, sofre com os estereótipos negativos que lhes são atribuídos e contribuem para fragilizar sua situação no mercado de trabalho. Contudo, acredita-se que haveria uma menor seletividade no mercado de trabalho se o atual quadro estivesse marcado pela expansão da atividade econômica com geração de empregos.

Referências

- CAMARANO, Ana Amélia *et al.* Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho*. Análise e Conjuntura, Rio de Janeiro: IPEA, n. 17, nov. 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt/017g.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2002.
- CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, especial, n. 5-6, p. 110-125, mai./dez. 1997.
- GIMENEZ, Denis Maracci. Políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho: uma reflexão sobre as políticas públicas e a experiência brasileira recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: ABET, 2001. CD-ROM.
- MADEIRA, Felícia Reicher. Youth in Brazil: old assumptions and new approaches. *Cepal Review*, n. 29, p. 56-78, ago. 1986.
- _____. RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v. 2, p. 427-496.
- MARTINS, Heloísa Helena T. S. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador. *Tempo Social*, São Paulo: USP, v. 13, n. 2, p. 61-87, nov. 2001.
- MOLITOR, Michel. Jóvenes trabajadores em situación precaria y modelo cultural de trabajo. *Economía & Trabajo*, Chile, n. 2, p. 291-306, jul./dic. 1993.
- OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 43-81.
- PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses e novos modelos de vida. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 114, p. 945- 987, 1991.
- SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997, p. 105-186.



Aspectos relativos à distribuição da receita disponível do setor público no federalismo fiscal brasileiro

A partir do início dos anos 90, países das mais variadas vertentes têm experimentado uma tendência crescente de devolução de autonomia política e econômica para as esferas de governos regionais e locais. Essa tendência generalizada dá lugar a um renovado interesse pela descentralização e o federalismo fiscal, onde naturalmente inclui-se a discussão da forma de participação de cada uma dessas esferas de governo na divisão da receita governamental disponível.

A racionalidade em propor uma descentralização política e econômica mais efetiva consiste na identificação dos benefícios e custos potenciais dessa descentralização, o que, no entanto, não é uma tarefa isenta de polêmica (Bird, 1993). De forma resumida, podem ser destacadas duas visões conflitantes sobre esses benefícios e custos (Blanco, 2000). A primeira é um enfoque sobre os benefícios da descentralização, ao se basear principalmente nos seus efeitos microeconômicos. Essa visão favorável à descentralização aponta que a desconcentração do poder de obtenção de tributação e das responsabilidades de gasto produz ganhos de bem-estar, devido ao aumento de eficiência na provisão de bens e serviços públicos, bem como em função de uma maior visibilidade da relação entre benefícios e custos dos bens públicos, além de maior adequação da oferta de bens públicos às preferências locais.

Apesar dos benefícios da devolução do poder para instâncias de governo mais próximas de suas comunidades não serem ilusórios, estes nem sempre estão presentes em todos os processos de descentralização.

Na realidade, a verificação dos benefícios da descentralização depende de um conjunto de condicionantes políticos e institucionais que vigoram em uma determinada estrutura federativa. Por exemplo, se pode esperar ineficiência da descentralização em estruturas políticas com baixa participação da cidadania, fato que gera uma maior vulnerabilidade das esferas inferiores de governo à influência das elites regionais, abrindo espaço para comportamentos rent seeking (apropriação de rendas). Da mesma forma, sistemas políticos que apresentam elevado grau de fragmentação política regional, incentivam a negociação política com base na concessão de favores que condicionam a alocação de recursos públicos locais em prejuízo da maioria. Por sua vez, havendo, entre diferentes níveis de governo, relações financeiras e institucionais que geram facilidade de acesso a crédito e a possibilidade de transferir ônus do financiamento para níveis superiores, existiria o estímulo para investimentos massivos e pouco eficientes em elevar o bem estar das comunidades subnacionais.

Diferente do anterior, o segundo enfoque alerta para os custos associados à perda de controle da política macroeconômica por parte do governo central (Fukasaku e Mello, 1999; Shah, 1998, Prud'homme, 1995). A descentralização fiscal reduz o grau de manobra do governo federal, tanto no lado da receita como no da despesa.

Tanzi (1996) destaca três canais de transmissão pelos quais a descentralização fiscal pode agravar as dificuldades fiscais de um país: a perda de bases importantes para tributar, que limita a capacidade do governo central de fazer ajustes ou expansões pelo lado da receita fiscal; o sistema de transferências intergovernamentais (revenue-sharing), que gera incentivos perversos para os níveis inferiores de governo, levando-os a reduzir o esforço de arrecadação de receita própria; e a ausência de "hard budget constraints" para os governos subnacionais, que dificulta o controle do gasto dos níveis inferiores de governo com a conseqüente transmissão de pressões fiscais expansionistas para a política monetária (Von Hagen et al, 1996). Entretanto, outros autores (Sheikh e Winner 1977, Gramlich, 1987, Shah, 1998 e Spahn, 1997) demonstraram que sistemas fiscais descentralizados podem oferecer um potencial considerável para a melhora da administração da política

* Assessor Econômico da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). O presente artigo não reflete necessariamente as opiniões da SEPLAN.

macroeconômica. Por exemplo, restrições institucionais ao endividamento e corresponsabilidade fiscal são instrumentos que minimizam os problemas salientados pelos críticos da descentralização.

Em suma, esta discussão mostra que as características políticas e institucionais das estruturas federativas determinam o aproveitamento dos benefícios e a minimização dos riscos macroeconômicos do processo de descentralização fiscal. Muito embora consideremos que para o Brasil esta discussão é atual e relevante por vários motivos, a proposição de dotar os entes federativos subnacionais de maior autonomia política e econômica acarreta custos e benefícios que, se não forem devidamente dimensionados, poderão tornar ineficaz a gestão macroeconômica do país, ao mesmo tempo em que podem não conduzir ao alcance dos benefícios que seriam decorrentes do aproveitamento das vantagens comparativas locais. Ou seja, é um processo que não consiste apenas em clamar por aumentos da participação dos entes federativos na receita total disponível do setor governamental, pois pode, inclusive, passar pela redefinição das competências tributárias, mas que envolve arranjos complexos entre os diversos níveis de governo.

A experiência brasileira mostra que as relações intergovernamentais são marcadas por períodos de centralização e descentralização fiscal, tributária, financeira e política. No entanto, durante as duas últimas décadas, e apesar de avanços e retrocessos, a federação brasileira vem experimentando o aprofundamento do seu grau de descentralização fiscal. Um dos avanços mais importantes, tendo em vista as questões discutidas no segundo enfoque sobre os benefícios e os custos da descentralização, foi o desenvolvimento, a partir de 1994, de uma nova tendência nas relações entre governo federal, estados e municípios, consubstanciada pelos Programas de Ajuste Fiscal e pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. São mecanismos de *enforcement* que têm como objetivo dotar os entes governamentais, principalmente os subnacionais, de condições para a realização de uma gestão fiscal mais responsável, em termos dos recursos que administram.

Neste contexto, o advento da reforma tributária reacendeu, no bojo do seu processo de discussão, a questão relacionada com uma participação mais efetiva dos entes federativos brasileiros na receita disponível do setor público. A esse respeito, a Tabela 1 mostra como tem evoluído a participação média dos governos subnacionais na receita fiscal conjunta do setor público, onde se pode notar a crescente importância destes, especialmente a partir da Reforma de 1988.

Verifica-se que a participação conjunta de estados e municípios na receita disponível do setor público evoluiu, em média, a partir de 1998, de 37,7% para 42,4%.

Tabela 1
Participação dos três níveis de governo na receita disponível do setor público (%)

	Governo Federal	Estados	Municípios	Total
85-88	62,3	24,3	13,4	100
88-02	57,6	25,9	16,5	100
85-90	60,3	25,0	14,7	100
90-02	57,3	26,0	16,7	100
85-94	59,3	25,2	15,5	100
94-02	58,5	25,6	15,9	100

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Qualquer que seja o período de comparação, observa-se que o governo federal tem a sua participação na distribuição reduzida. Em que pesem esses avanços, os entes subnacionais têm questionado a crescente tendência do governo federal em criar e aumentar a arrecadação por meio das chamadas contribuições. Isto porque o artigo 159 da Constituição dispõe que a divisão da arrecadação com os estados e os municípios seja feita apenas com base naquela alcançada por meio dos impostos. Os números mostram que, em 1988, do total da receita disponível do setor público, 68,93% eram de receitas compartilhadas, enquanto que 31,07% eram de receitas não compartilhadas. Em 2002, os valores eram de 51,24% e 48,76%, respectivamente. Ou seja, ocorreu uma queda de 10,67%, na participação da receita não compartilhada na receita disponível, ao passo que a participação das receitas não compartilhadas aumentou em 13,5%. A Tabela 2 mostra a mesma informação com base no PIB, onde se observa que, em um período de 14 anos, a participação das receitas não compartilhadas no PIB cresceu 4,56%, o que significou um crescimento médio de 0,32% ao ano, ao passo que as receitas compartilhadas cresceram 1,37%.

Tabela 2
Crescimento das receitas não compartilhadas

	% PIB		
	RC	RNC	Total
1988	8,04	3,82	11,86
2002	9,52	8,55	18,07

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

RC - Receita compartilhada

RNC - Receita não compartilhada

No entanto, uma comparação entre a estrutura tributária dos anos de 1988 e 2002 (Tabela 3) mostra que a realidade parece ser um pouco diferente quando a análise se detém



na participação de cada ente federativo no total da receita arrecadada vis-à-vis à respectiva participação na receita disponível. Constatou-se um aumento da participação dos municípios na receita arrecadada, bem como a relativa manutenção da participação conjunta do governo federal e dos estados. A observação das participações na receita disponível mostra que os municípios são os grandes beneficiados com a descentralização fiscal que vem ocorrendo, visto que o aumento da sua participação na receita disponível supera o aumento ocorrido em termos da participação na receita arrecada.

Em termos do governo federal, verifica-se uma relativa queda, -0,76%, de participação na receita arrecadada, sendo que, enquanto em 1988 suas transferências eram de 8,3 pontos percentuais da receita arrecadada, em 2002 este número sobe para 10,8.

Quanto aos estados, os números mostram a manutenção da participação na receita arrecadada e um acréscimo de cerca de 1% de participação na distribuição.

Tabela 3
Esforço de arrecadação (%)

	Receita Arrecadada			Receita Disponível		
	Governo Federal	Estados	Municípios	Governo Federal	Estados	Municípios
1988	70,6	26,5	2,9	62,2	23,9	13,9
2002	69,2	26,4	4,4	58,4	25,2	16,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Portanto, verifica-se, no período analisado, que a descentralização fiscal ocorrida no Brasil não se constituiu em uma mera figura de retórica, muito embora certos aspectos, como o observado com respeito ao aumento das receitas não compartilhadas, ainda persistam. No entanto, é necessário proceder a uma análise mais cuidadosa a respeito da significância da sua influência nesse processo. A questão que interessa responder é se é possível caminhar na promoção de uma mais efetiva descentralização fiscal dos recursos disponíveis para as esferas mais inferiores de governo, muito embora não se possa negar o avanço ocorrido com respeito aos municípios. Países em estágio de desenvolvimento econômico semelhante ao brasileiro apresentam situações onde a participação regional nas receitas disponíveis é bastante superior a que aqui ocorre (Afonso & Araújo, 2002).

Com respeito a este ponto, não se pode deixar de ressaltar que o caráter de exogeneidade da despesa pública no Brasil (Issler & Lima, 2000) talvez esteja se constituindo em um impedimento para que esta mais efetiva descentralização ocorra, pois, tendo em vista os dois enfoques abordados no início deste artigo, se verifica que, no Brasil, a tendência é prevalecer o segundo (Blanco, 2000).

Para finalizar, parece despropositado considerar que possa ocorrer um retrocesso desse movimento, pois os números mostram a realidade dessa descentralização fiscal no Brasil. Assim, o avanço, no sentido de um aprofundamento desta, passa pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de *enforcement* já mencionados, os Programas de Ajuste Fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de potencializar as vantagens comparativas locais dos entes subnacionais com uma gestão fiscal eficaz e responsável. Em outras palavras, os pleitos de descentralização de recursos devem estar sempre acompanhados de compromissos, que não precisam de forma nenhuma ser imutáveis no tempo, que evidenciem a preocupação dos governos subnacionais com os aspectos ligados à potencialização dos gastos que serão realizados. Assim, avançar nas discussões sobre a qualidade do gasto público e a implementação de contratos sociais, que tornem eficiente a alocação dos recursos descentralizados, constituir-se-ia em uma sinalização dessa preocupação.

Referências

- AFONSO, J. R.; ARAÚJO, A. E. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. Rio de Janeiro: BNDES, abr. 2002.
- BIRD, Richard. Threading the Fiscal Labyrinth: Some Issues in Fiscal Decentralization. *National Tax Journal*, v.46, n.2, p. 207-226, 1993.
- BLANCO, Fernando. Comportamento fiscal dos governos estaduais brasileiros, determinantes políticos e efeitos sobre o bem-estar. XXVIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Campinas, Brasil, 2000.
- FUKASAKU, Kiichiro; MELLO JÚNIOR, Luiz R. de (Org.). Fiscal Decentralisation in Emerging Economies: Governance Issues. Brasília: Development Centre Seminars – OECD, 1999.
- GRAMLICH, Edward. Subnational Fiscal Policy. *Perspectives in Local Public Finance and Public Policy*, n. 3, p. 3-27, 1987.
- ISSLER, João Victor; LIMA, Luiz R. R. Public debt sustainability an endogenous seigniorage in Brazil: time series evidence from 1947-1992. *Journal of Development Economics*. V. 62, p. 131-147, 2000.
- PRUD'HOMME, Remy. On the Dangers of Decentralisation. *The World Bank Research Observer*, n. 10, p. 201-220, 1995.
- SHAH, Anwar. Fiscal Federalism and Macroeconomic Governance: For Better or Worse? Discussion Papers. Washington D.C.: World Bank, 1998.
- SHEIKH, M.; WINNER, S. L. Stabilization and Non Federal Behavior in an Open Federal State an Econometric Study of the Fixed Exchange Rate; The Canadian Case. *Empirical Economics*, v. 2, n. 3, p. 195-211, 1977.
- SPAHN, Bernard. Intergovernmental Relations, Macroeconomic Stability and Economic Growth. [s. l., s. n.], 1997. (Série Seminários Ipea-Dimac). Mimeografado.
- TANZI, Vito. Fiscal Federalism and Decentralization: A Review of Some Efficiency and Macroeconomic Aspects. Annual World Bank Conference on Development Economics, 1995. Washington D.C.: The World Bank, 1996.
- VON HAGEN, Jurgen; EICHENGREEN, Barry; HAUSMAN, Ricardo. Reforming Budgetary Institutions in Latin American. NBER. Working Paper 5586. 1996.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

COMPLEXO MADEIREIRO INVESTIRÁ CERCA DE R\$ 9 BI

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 21,7 bilhões que agregam 404 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 51,0% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 11,1 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume ultrapassa R\$ 10,5 bilhões, representando 48,2% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses empreendimentos deverão gerar mais de 68 mil postos de trabalho, depois de iniciadas as operações das unidades industriais. Destacam-se os complexos Calçados/Têxtil/Confecções e Agroalimentar que absorverão, respectivamente, 22,8% e 21,4% do total dos empregos diretos previstos.

Ao analisar esses investimentos quanto ao complexo de atividade econômica verificou-se que 75% encontram-se alocados nos complexos Atividade Mineral e Beneficiamento (15%), Complexo Madeireiro (43%) e Químico e Petroquímico (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 16,4 bilhões. Esses complexos agregam 110 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 27% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais.

Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 5,3 bilhões.

Do total dos investimentos quanto à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 89% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 19,4 bilhões. Esses eixos agregam 244 projetos de investimentos, o que representa 60% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,3 bilhões, representando 11% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose, Caoa Montadora de Veículos (Hyundai), Moinho Dias Branco.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	951.397	58
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.313.382	26
Calçados/Têxtil/Confecções	913.589	40
Complexo Madeireiro	9.350.573	16
Eletroeletrônico	603.163	50
Metal-Mecânico	1.506.280	66
Químico-petroquímico	3.764.553	68
Transformação Petroquímica	973.512	75
Outros	395.292	5
TOTAL	21.771.741	404

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/03.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	97.092	6
Chapada Norte	70.456	11
Chapada Sul	7.229	4
Extremo Sul	9.194.647	12
Grande Recôncavo	685.337	52
Mata Atlântica	612.846	43
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.216.919	232
Nordeste	21.130	4
Oeste do São Francisco	485.186	13
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.186	17
A Definir	49.873	7
TOTAL	21.771.741	404

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/03.





METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

BANCO DO BRASIL INVESTE EM FLORICULTURA BAIANA

Um convênio no valor de R\$ 10 milhões foi firmado no dia 04/12 entre a Secretaria da Agricultura (Seagri) e o Banco do Brasil com a Associação Baiana dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais (Asbaflor) para o desenvolvimento da agricultura no estado. O total de recursos faz parte do montante de R\$ 20 milhões, em 14 linhas de crédito, disponibilizado pelo BB para a Fenagro.

A presidente da Asbaflor, Yvone Araújo, que também assinou o acordo, disse que os recursos terão um grande impacto na atividade. “É o dinheiro que precisamos para alavancar a produção, mas é importante que o produtor beneficiado haja com profissionalismo para que, tomando o empréstimo, consiga pagá-lo”, recomendou. Ela lembra que a Bahia ainda importa mais de 90% das flores que consome e apresenta grandes possibilidades para quem deseja ingressar no negócio.

De acordo com o superintendente, Sidnei Senhorini, o banco espera investir R\$ 500 milhões na Bahia até o final desta safra que termina em julho de 2004. Até o momento, cerca de R\$ 300 milhões já foram liberados. Ele afirma que o total de R\$ 20 milhões colocado à disposição da Fenagro poderá aumentar, se houver demanda.

Floricultura baiana ganha linha de crédito de R\$10 milhões do BB. A Tarde, 9/12/2003.

FÁBRICA DE EMBALAGENS COMEÇA A OPERAR EM AGOSTO EM CONQUISTA

Está previsto para agosto de 2004 o início da operação da Engeflex Bahia Indústria e Comércio Ltda., que será instalada no Distrito Industrial de Imborés, em Vitória da Conquista. A empresa produzirá filmes gofrados (usados na fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos), sacolas impressas e masterbatches (concentrados que dão cor ao plástico).

O anúncio foi feito pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, durante visita feita ao local onde será erguida a nova fábrica, a partir da segunda quinzena de janeiro. A unidade ficará numa área de 40 mil metros quadrados e vai gerar, quando estiver em plena produção, 175 empregos diretos e outros 350 indiretos.

O secretário estava acompanhado pelos dois diretores da Engeflex, Herman e Hermes Elias de Moura, pai e filho, que confirmaram o investimento de R\$ 28 milhões - com faturamento anual previsto de R\$ 66 milhões, para uma produção final em torno de seis mil toneladas -, a ser implementado em duas etapas. A primeira custará R\$ 10 milhões e começará a operar em agosto do próximo ano.

Fábrica de embalagens começa a operar em agosto em Conquista. Diário Oficial, 9/12/2003.



FÁBRICA DA BAHIA SUL CELULOSE SERÁ DUPLICADA ATÉ 2007

O Grupo Suzano, holding da Bahia Sul Celulose, anunciou que até 2007 vai duplicar sua capacidade de produção de celulose na sua fábrica de Mucuri, na Bahia. A partir de um investimento de cerca de US\$ 1,2 bilhão, será implantada uma segunda linha de produção da unidade baiana, uma das mais modernas do mundo.

O investimento já foi aprovado pelo Conselho de Administração do grupo e aguarda apenas a confirmação dos estudos de engenharia e de viabilidade técnica, previstos para estarem concluídos no segundo semestre de 2004.

Para o superintendente da Suzano e da Bahia Sul Celulose, Murilo Passos, a fábrica, que hoje tem uma produção

anual de 900 mil toneladas de celulose, produzirá em 2004 cerca de 1,65 milhão de toneladas/ano. O investimento será feito de forma escalonada – US\$ 180 milhões em 2004, US\$ 463 milhões em 2005, US\$ 396 milhões em 2006 e US\$ 43 milhões em 2007.

Desse modo, a nova unidade deve atingir sua capacidade total no primeiro semestre de 2008, gerando milhares de emprego em toda a região. “Vale destacar que essa produção será destinada basicamente para exportação”, afirma Murilo. Atualmente a unidade de Mucuri produz 662 mil toneladas de celulose e 230 mil de papel por ano. Cerca de 65% dessa produção vai direto para exportação.

Suzano anuncia intenção de duplicar fábrica baiana. Diário oficial, 30/12/2003.

INDICADORES

CAPITALIZAÇÃO CRESCE E FATURA R\$ 170,6 MILHÕES NA BAHIA

Líder na Região Nordeste e na 7ª colocada no ranking nacional do mercado de títulos de capitalização, a Bahia totaliza R\$ 170,6 milhões de faturamento nos dez primeiros meses do ano. O estado detém fatia de 3,4% de todo o setor. Os dados nacionais contabilizados pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (Fenaseg) destacam, pela segunda vez consecutiva, um novo recorde no faturamento mensal com R\$ 544,8 milhões, obtido apenas em outubro.

Com isso, o acumulado do mercado em todo o país salta para R\$ 4,9 bilhões, um crescimento de 16,5%. Assim, a perspectiva traçada para este ano de R\$ 5,7 bilhões de receita se aproxima cada vez mais. Outro fator importante, que contribui para a representatividade do segmento, são suas reservas. Resultado do montante capitalizado pelo pagamento dos títulos e com correção monetária mensal, somam cerca de R\$ 8 bilhões, um crescimento de 17,4% sobre outubro de 2002.

A expectativa para o último trimestre de 2003 é positiva. Esse período favorece o lançamento de produtos pelas companhias e ainda reforça a inclusão dos títulos no orçamento doméstico dos consumidores, em função do planejamento financeiro que fazem para 2004, incentivados pela chegada do 13º salário”, diz Rita Batista, presidente da Comissão de Capitalização da Fenaseg.

No ranking nacional do setor, São Paulo se mantém na liderança com R\$ 1,8 bilhão de faturamento e 38,3% de participação no setor. O Rio de Janeiro vem logo em seguida com R\$ 573,4 milhões e 11,6% de presença, e Minas Gerais está na terceira posição com 8,3% e R\$ 408 milhões de receita. A Bahia conseguiu manter o recorde no faturamento mensal, com R\$ 544,8 milhões. Com isso, o setor acumula faturamento de R\$ 4,9 bilhões até outubro.

No País, mercado chega a R\$ 4,9 bilhões, crescimento de 16,5%.

Capitalização cresce e fatura R\$ 170,6 milhões na Bahia. Gazeta Mercantil, 19/12/2003.



BAHIA TEM AUMENTO DE 22,5% NO NÚMERO DE CHEQUES SEM FUNDOS

De cada mil cheques compensados em novembro, no Estado da Bahia, 70 foram devolvidos por falta de fundos, de acordo com levantamento realizado pela CheckOK, empresa nacional de verificação eletrônica de crédito. Esse total é 22,5% maior do que o registrado em novembro de 2002, quando foram devolvidos 57 cheques em cada mil compensados. Já em relação a outubro deste ano, o índice de inadimplência registrou queda de 6,7%, com 75 devoluções para cada mil cheques depositados.

O número de cheques devolvidos por falta de fundos no País aumentou 14,5% no mês passado, na comparação com novembro de 2002, de acordo com o levantamento da CheckOK. Dos 172,3 milhões de documentos compensados em novembro deste ano, nove milhões eram frios, ou seja, 52 em cada mil não tinham fundos. No mesmo mês de 2002, foram devolvidos 46 cheques em cada mil compensados. A boa notícia é que, na comparação com outubro deste ano, quando 54 cheques em cada mil foram devolvidos por falta de fundos, a inadimplência caiu 4%.

O índice de inadimplência de consumidores e empresas acumula alta de 5,6% em todo o País, de janeiro a novembro, na comparação com igual período do ano passado, aponta um estudo inédito da Serasa, outra empresa de análise de crédito que atua no País. O desemprego, a queda de renda, os juros elevados e o aumento das tarifas públicas e impostos são apontados pela empresa como as principais razões para as dificuldades do consumidor para pagar suas dívidas.

Calote aumenta 22,5% no Estado. A Tarde, 19/12/2003.

ECONOMIA BAIANA CRESCE VINTE VEZES MAIS QUE A MÉDIA NACIONAL EM 2003

A economia da Bahia crescerá 4% em 2003, ultrapassando a média dos últimos dois anos e completando 12 anos de expansão ininterrupta. Isso representa um crescimento 20 vezes superior à média nacional, que é de 0,2%, conforme o Ministério do Planejamento. Os dados, resultantes das primeiras estimativas do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, indicam ainda que as exportações baianas cresceram duas vezes mais que a do país.

O resultado positivo da Bahia se deve, principalmente, aos setores industrial e agrícola. A indústria de transformação deve fechar o ano com uma taxa de crescimento de aproximadamente 10,4%, resultado do bom desempenho de seus principais setores produtivos e pela inserção da indústria automobilística. A Ford, hoje, já representa 10% da produção industrial baiana.

No que diz respeito à produção acumulada no ano, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF)-IBGE para a Bahia, o índice janeiro-outubro mostra acréscimo de 1,5% sobre igual período do ano anterior. Dos doze ramos pesquisados, sete apresentaram crescimento, notadamente, as áreas têxtil (15%), metalúrgica (5,2%) e química (1,6%), com os maiores impactos positivos.

Com relação à agropecuária, os indicadores relativos ao desempenho das principais lavouras no ano de 2003, fornecidos pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, sugerem que neste ano a "agricultura baiana deverá crescer 4% em relação a 2002. O LSPA de novembro último aponta ainda que os resultados mais favoráveis deverão ficar com a produção de milho (70,8%), algodão herbáceo (43,5%) e soja (6,3%), culturas que vêm se destacando no ranking da produção agrícola do estado.

Economia baiana cresce vinte vezes mais que a média nacional em 2003. Diário Oficial, 23/12/2003.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

BAHIA LANÇA PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE

A fabricação da brasileiríssima cachaça de alambique e, por extensão, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Bahia podem ganhar um importante impulso. É que o governo do estado lançou, este mês, o Projeto de Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos de Cachaça e Derivados da Cana-de-açúcar, que vem reforçar o Pró-Cana (programa estadual de incentivo ao setor), em vigência desde 1997. O projeto reúne um pool de secretarias e órgãos públicos, entidades de produtores, além do Sebrae baiano e nacional, responsáveis pela maior parcela dos mais de R\$600 mil aportados para deslanche das ações.

De acordo com Paulo Amorim, técnico da Coordenação de Agroindústria da Secretaria da Indústria e Comércio (SICM) - organismo do governo que gerencia o Pró-Cana e está à frente da nova proposta -, embora priorize a cachaça de alambique, o projeto vai beneficiar outros derivados da cana, como a rapadura, o melaço e o açúcar mascavo.

Levantamento do governo estima que existam hoje mais de quatro mil pequenos produtores nesse setor no estado, os quais geram 20 mil empregos diretos e quase 40 mil indiretos. Segundo maior produtor nacional da cachaça de alambique, atrás apenas de Minas Gerais, a Bahia produz anualmente 1,8 milhão de litros da bebida artesanal, mas possui capacidade de ampliar para 3,5 milhões por ano. A Chapada Diamantina concentra o grosso dessa produção. Na etapa inicial, o projeto de desenvolvimento dos arranjos produtivos, previsto para vigorar até 2004, deve alcançar 110 municípios baianos.

Governo lança projeto de arranjo produtivo para o setor. Correio da Bahia, 19/12/2003.

VIVER MELHOR II TERÁ US\$ 160 MILHÕES DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial (Bird) vai disponibilizar US\$ 160 milhões para o Programa Viver Melhor II. O dinheiro aplicado beneficiará cerca de 120 mil famílias residentes em bairros de Salvador e de cidades estratégicas do interior do estado. O Viver Melhor, executado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), é uma das maiores e mais importantes iniciativas sociais do governo da Bahia que visa erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo o presidente da Conder, engenheiro Mário Gordilho, 25% dos recursos do programa estão direcionados a ação social, principalmente organização comunitária, geração de emprego e renda e construção de unidades produtivas. Até o momento, o programa Viver Melhor vem sendo executado com recursos do Governo do Estado e da Caixa Econômica Federal.

A liberação dos recursos e as características e alcance social das intervenções do Viver Melhor II são os temas que estão sendo abordados por uma missão do Bird de identificação do programa Viver Melhor II.

Gordilho destacou que, apesar do patamar de renda no estado ter aumentado nos últimos anos, ainda existem problemas sérios a serem resolvidos, principalmente na questão social, e as modificações não seriam possíveis sem os acordos firmados.

Viver Melhor II terá US\$ 160 milhões do Banco Mundial. Diário Oficial, 11/12/2003.



SOUTO AUTORIZA NOVOS CONVÊNIOS DO PRODUZIR E FAMÍLIA PRODUTIVA

O governador Paulo Souto autorizou no dia 11/12 mais uma rodada de convênios do Programa Produzir, com obras na zona rural de 349 municípios baianos, beneficiando cerca de 44 mil famílias. A assinatura aconteceu, no auditório do Salão Lótus, no Fiesta Bahia Hotel. Os investimentos totalizam R\$ 37,1 milhões e serão viabilizados mediante convênios celebrados diretamente com 381 associações comunitárias.

Cerca de 1.710 famílias carentes de 57 municípios vão ter acesso a uma moradia digna. Dentro do programa Viver Melhor Rural, serão autorizados convênios com vários municípios para combate à Doença de Chagas, através de melhorias habitacionais.

Os convênios do Produzir serão viabilizados com recursos oriundos do Banco Mundial e do Tesouro Estadual, e incluem 10% de contrapartida das comunidades beneficiadas. Segundo o diretor executivo da CAR, Umberto Costa, trata-se de mais uma série de convênios de grande efeito social, semelhantes às rodadas já realizadas este ano pelo Produzir II, que juntos atenderam comunidades de 376 municípios em todo o Estado da Bahia.

Os convênios incluem 268 projetos de infra-estrutura, como a construção de 5.959 sanitários residenciais, implantação de 2.224 sistemas domiciliares de energia solar e 929 cisternas domiciliares, além de 28 pontes, 24 pequenas barragens, 47 sistemas de abastecimento de água e 20 poços tubulares. Serão também implantados 114 projetos produtivos, dos quais 75 são sistemas comunitários de mecanização agrícola compostos por tratores e implementos com garagens coletivas, bem como dez casas de farinha e mais 22 projetos agroindustriais, como fábricas de féculas, unidades de beneficiamento de café e de mel, núcleo de caprinos, módulo para feira e barcos de pesca.

Souto autoriza novos convênios do Produzir e Família Produtiva. Diário Oficial, 11/12/2003.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA BAHIA INVEST

Trazendo matérias especiais sobre a economia baiana e investimentos em andamento no estado, como o megaempreendimento turístico que está sendo implantado pelo grupo Iberostar no litoral norte, a fábrica de celulose da Veracel em Eunápolis e o pólo calçadista baiano, foi lançada no dia 04/12, mais uma importante ferramenta para a atração de investimentos para o estado: a revista Bahia Invest, editada pela Secretaria do Planejamento (Seplan).

Com primoroso acabamento gráfico e tiragem de 5 mil exemplares, a publicação faz um verdadeiro balanço da economia baiana nas últimas décadas, evidenciando para potenciais investidores - através de um caderno especial - o mix dos investimentos nos setores público e privado da Bahia, privilegiando as áreas industrial, de turismo e de serviços.

A revista traz ainda depoimentos de empresários sobre porque investir na Bahia, artigos acerca das reformas tributária e da previdência, uma bem cuidada análise da Bahia hoje e amanhã e artigos sobre planejamento e a política de atração de investimentos industriais do Estado na década de 90.

Prestigiaram ainda o lançamento da Bahia Invest os secretários Otto Alencar (Indústria, Comércio e Mineração), José Antônio Rodrigues Alves (Saúde), Rafael Lucchesi (Ciência, Tecnologia e Inovação), Jorge Khoury (Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e Edson Sá Rocha (Segurança Pública). E mais o secretário de Desenvolvimento Econômico de Salvador, Sérgio Passarinho, representando o prefeito Antonio Imbassahy, e os presidentes do Sistema Fieb, Jorge Lins Freire, e da Desenhahia, Vladson Menezes, além de diversos representantes da classe empresarial e de órgãos estaduais.

Atração de investimentos passa a contar com a revista Bahia Invest. Diário Oficial, 09/12/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto de 28 de novembro de 2003 – Cria no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo, a comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.905, de 01 de dezembro de 2003 – Cria, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Grupo Interministerial de Trabalho para a Implementação da Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

Decreto n.º 4.911, de 10 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a execução do Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica n.º 35, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados partes do MERCOSUL, e dá República do Chile, de 02 de julho de 2003.

Decreto n.º 4.914, de 11 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do decreto n.º 3.860, de 09 de julho de 2001, e dá outras providências.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 141, de 01 de dezembro de 2003 – Dá nova redação ao art. 2º da lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Medida provisória n.º 142, de 02 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, e dá outras providências.

Medida provisória n.º 146, de 11 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a reestruturação da carreira previdenciária, de que trata a lei n.º 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro social, e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.795, de 05 de dezembro de 2003 – Altera os arts. 11 e 16 da lei n.º 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a eleição dos conselheiros nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos corretores a essas entidades e dá outras providências.

Lei n.º 10.797, de 08 de dezembro de 2003 – Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 598.042.465,00, para fins que especifica.

Lei n.º 10.805, de 12 de dezembro de 2003 – Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.158.981.531,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 1.327.250.629,00, para fins que especifica.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório executivo n.º 34, de 02 de dezembro de 2003 (Coordenação Geral de Tributação) – Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.211, de 04 de dezembro de 2003 – Elimina a exigência de recolhimento antecipado ao Banco Central do valor referente a instrumento de pagamento relativo a importação cursada sob o CCR.



Circular n.º 3.212, de 04 de dezembro de 2003 (Diretoria Colegiada) – Dispõe sobre o prazo para remessa de demonstrações financeiras.

Circular n.º 3.213, de 10 de dezembro de 2003 (Diretoria Colegiada) – Estabelece o procedimento para o registro contábil de operações de cessão de crédito e de arrendamento mercantil.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3.141, de 27 de novembro de 2003 – Altera disposições relativas aos requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento, a transferência de controle societário e a reorganização societária de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como ao exercício de cargos em órgãos estatutários de referidas instituições.

Resolução n.º 3.146, de 28 de novembro de 2003 – Dispõe sobre condições especiais de financiamento de máquinas e implementos ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Finame Agrícola Especial.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.823, de 16 de dezembro de 2003 – Institui o Programa da Qualidade e Competitividade em Tecnologia da Informação (TI) – QUALINFO e dá outras providências

Decreto n.º 8.851, de 22 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a ação integrada da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e dá outras providências.

Decreto n.º 8.852, de 22 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre o termo de Responsabilidade Ambiental para empreendimentos Agrosilvopastoris, concede prazo para a regularização ambiental, dispensa juros de multas administrativas vinculadas às infrações ambientais e dá outras providências.

Decreto n.º 8.853, de 23 de dezembro de 2003 – Procede à alteração n.º 49 ao regulamento do ICMS e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 8.895, de 16 de dezembro de 2003 – Institui norma de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do estado da Bahia, cria a comissão de Espaços Preservados e dá outras providências.

Lei n.º 8.897, de 17 de dezembro de 2003 – Cria a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SCTI, introduz modificações na estrutura da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

Lei n.º 8.965, de 22 de dezembro de 2003 – Extingue o Fundo rotativo de Material (FRM), criado pela lei n.º 2.322, de 11 de abril de 1966.

Lei n.º 8.966, de 22 de dezembro de 2003 – Reestrutura o Plano de Carreira do Ministério Público do Estado da Bahia, instituído pela lei n.º 5.979, de 23 de setembro de 1990, e dá outras providências.

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 739, de 19 de dezembro de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o Orçamento Analítico do Encargos Gerais do Estado – EGERAIS, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria n.º 745, de 22 de dezembro de 2003 – Determina os prazos para pagamento e os valores que servirão de base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Privada de Veículos Automotores – IPVA para o exercício 2004 e dá outras providências.



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Dezembro/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Dez/02	Dez/03	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
1. Alimentos e Bebidas	2,88	0,68	10,22	10,22	322.227,7	216,01
2. Habitação e Encargos	0,15	0,15	10,48	10,48	527.361,8	421,71
3. Artigos de Residência	0,90	0,02	12,89	12,89	267.646,5	223,71
4. Vestuário	1,13	0,71	5,27	5,27	284.380,3	166,90
5. Transporte e Comunicação	1,86	-0,29	13,51	13,51	493.120,9	533,67
6. Saúde e Cuidados Pessoais	2,36	0,57	12,75	12,75	506.513,1	269,85
7. Despesas Pessoais	0,67	0,71	11,09	11,09	572.747,9	328,42
8. Geral	1,70	0,41	10,64	10,64	400.957,7	279,39

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	115.149	-1,2	24.553	24.721	0,7
Algodão Herbáceo	179.971	276.337	53,5	2.391	3.223	34,8
Alho	13.167	13.903	5,6	8.451	8.345	-1,3
Amendoim	4.452	7.576	70,2	957	1.291	34,9
Arroz Total	39.543	31.120	-21,3	1.467	1.727	17,7
Arroz Sequeiro	nd	23.758	—	nd	1.464	—
Arroz Irrigado	nd	7.362	—	nd	4.106	—
Batata-inglesa	91.020	114.510	25,8	29.042	29.234	0,7
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.566.742	2,7	55.321	55.096	-0,4
Cebola	134.723	147.522	9,5	24.087	22.640	-6,0
Feijão Total	373.979	362.803	-3,0	493	510	3,4
Feijão 1ª Safra	nd	134.577	—	nd	394	—
Sequeiro	nd	79.055	—	nd	409	—
Irrigado	nd	2.200	—	nd	1.467	—
Caupi	nd	53.322	—	nd	363	—
Feijão 2ª Safra	nd	228.226	—	nd	586	—
Sequeiro	nd	192.172	—	nd	532	—
Irrigado	nd	32.817	—	nd	2.413	—
Caupi	nd	3.237	—	nd	229	—
Fumo	9.947	11.229	12,9	890	898	0,9
Mamona	64.957	73.656	13,4	591	588	-0,5
Mandioca	4.088.788	3.908.276	-4,4	12.571	11.821	-6,0
Milho Total	849.743	1.451.694	70,8	1.657	2.134	28,8
Milho 1ª Safra	nd	1.195.144	—	nd	3.251	—
Sequeiro	nd	1.053.904	—	nd	3.060	—
Irrigado	nd	141.240	—	nd	6.088	—
Milho 2ª Safra	nd	256.550	—	nd	808	—
Sequeiro	nd	246.504	—	nd	781	—
Irrigado	nd	10.046	—	nd	5.807	—
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	74.055	119,2	1.144	1.504	31,5
Tomate	237.763	211.750	-10,9	44.860	40.768	-9,1
Tomate de Mesa	nd	196.360	—	nd	39.902	—
Tomate para Indústria	nd	16.390	—	nd	55.000	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	749.945	-1,8	15.156	14.666	-3,2
Cacau	110.205	110.392	0,2	225	227	0,9
Café	169.310	130.095	-23,2	1.142	914	-20,0
Castanha-de-cajú	5.445	5.444	0,0	283	279	-1,4
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	705.311	-3,5	9.646	7.328	-24,0
Dendê	167.581	nd	—	4019	nd	—
Guaraná	2.680	2.320	-13,4	456	391	-14,3
Laranja	923.056	770.275	-16,6	18.195	15.937	-12,4
Mamão	783.600	810.060	3,4	46.284	51.063	10,3
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	—	13.093	nd	—
Pimenta-do-reino	2.443	2.715	11,1	2.264	2.386	5,4
Sisal	163.458	176.728	8,1	852	853	0,1
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.658	-1,9	4.747	4.658	-1,9	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.303	14,7	75.264	85.744	13,9	0	559
Alho	1.558	1.666	6,9	1.558	1.666	6,9	0	0
Amendoim	4.649	5.869	26,2	4.649	5.869	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	18.018	-33,1	26.940	18.018	-33,1	0	0
Arroz Sequeiro	nd	16.225	—	nd	16.225	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	—	nd	1.793	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	3.917	25,0	3.134	3.917	25,0	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	82.887	3,1	80.387	82.887	3,1	0	0
Cebola	5.593	6.516	16,5	5.593	6.516	16,5	0	0
Feijão Total	821.961	798.358	-2,9	758.485	730.940	-3,6	21.225	67.418
Feijão 1ª Safra	nd	406.907	—	nd	341.799	—	—	65.108
Sequeiro	nd	256.544	—	nd	193.216	—	—	63.328
Irrigado	nd	1.500	—	nd	1.500	—	—	0
Caupi	nd	148.863	—	nd	147.083	—	—	1.780
Feijão 2ª Safra	nd	391.451	—	nd	389.141	—	—	2.310
Sequeiro	nd	363.555	—	nd	361.405	—	—	2.150
Irrigado	nd	13.602	—	nd	13.602	—	—	0
Caupi	nd	14.294	—	nd	14.134	—	—	160
Fumo	11.164	12.498	11,9	11.164	12.498	11,9	0	0
Mamona	118.964	125.188	5,2	109.800	125.188	14,0	2245	0
Mandioca	345.376	335.414	-2,9	325.251	330.614	1,6	0	4.800
Milho Total	705.592	800.957	13,5	512.758	685.206	33,6	61.054	115.751
Milho 1ª Safra	nd	481.803	—	nd	367.657	—	—	114.146
Sequeiro	nd	458.603	—	nd	344.457	—	—	114.146
Irrigado	nd	23.200	—	nd	23.200	—	—	0
Milho 2ª Safra	nd	319.154	—	nd	317.549	—	—	1.605
Sequeiro	nd	317.424	—	nd	315.819	—	—	1.605
Irrigado	nd	1730	—	nd	1730	—	—	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	58.991	99,3	29.506	49.241	66,9	100	9.750
Tomate	5.300	5.194	-2,0	5.300	5.194	-2,0	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.896	—	nd	4.896	—	0	0
Tomate para Indústria	nd	298	—	nd	298	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	51.136	1,5	0	405
Cacau	576.875	495.123	-14,2	487.791	486.285	-0,3	0	8.838
Café	153.748	144.103	-6,3	148.169	142.289	-4,0	8.141	1.814
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	96.246	22,3	75.800	96.246	27,0	2.411	0
Dendê	41690	nd	—	41690	nd	—	0	—
Guaraná	5.883	5.938	0,9	5.873	5.938	1,1	0	0
Laranja	50.750	48.332	-4,8	50.731	48.332	-4,7	104	0
Mamão	16.938	15.864	-6,3	16.930	15.864	-6,3	0	0
Maracujá	9625	nd	—	9603	nd	—	22	—
Pimenta-do-reino	1096	1.138	3,8	1079	1.138	5,5	0	0
Sisal	204.103	207.274	1,6	191.693	207.274	8,1	0	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia – 2003

Em %

Classes e Gêneros	Out 03/Set 03 ¹	Out 03/Out 02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	-5,0	0,2	1,1	2,1
Indústria Extrativa Mineral	0,5	9,7	0,7	0,0
Indústria de Transformação	-6,3	-1,2	1,2	2,3
Minerais não-metálicos	-13,3	2,3	0,1	1,1
Metalurgia	-12,1	21,9	5,2	5,9
Mat. Eletr. e de Comunicações	-9,7	-0,2	-6,5	-2,8
Papel e Papelão	-4,8	-28,6	-2,4	-1,1
Borracha	23,6	87,5	2,4	3,8
Química	-4,5	-3,5	1,4	2,2
Perf. Sabões e Velas	-5,2	14,7	16,1	12,2
Prod. Matérias Plásticas	11,1	0,0	-22,1	-10,9
Têxtil	-5,1	14,8	15,0	10,4
Produtos Alimentares	11,4	-8,4	-3,8	0,6
Bebidas	3,6	-21,9	-22,3	-17,3

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: Outubro 2002 – Outubro 2003

Ano/Mês	No Mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Outubro	3,4	-0,8	-1,5	-0,4
Novembro	6,2	4,5	-0,9	-0,7
Dezembro	2,2	10,3	0,1	0,1
2003				
Janeiro	-6,3	-0,9	-0,9	-0,4
Fevereiro	-11,3	-9,8	-5,2	-1,2
Março	14,9	5,2	-1,7	-0,7
Abril	-1,4	9,5	1,1	0,8
Mai	-3,6	21,5	4,7	4,3
Junho	2,4	6,9	5,1	5,4
Julho	-0,4	-9,6	2,6	3,7
Agosto	-0,9	-12,5	0,5	1,0
Setembro	6,2	9,7	1,5	2,4
Outubro	-6,3	-1,2	1,2	2,3

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe**

Classe	Out 03/Set 03	Out 03/Out 02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	12,4	16,2	11,4	13,8
Residencial	7,4	7,6	11,0	12,8
Industrial ⁽¹⁾	1,6	-2,7	-1,6	1,9
Comercial	8,7	6,3	8,6	10,7
Utilidades Públicas ⁽²⁾	4,7	6,3	10,2	13,8
Setor Público	14,3	10,9	16,6	20,1
Concessionária	11,5	7,4	5,8	6,5
Total	4,5	1,8	3,5	6,4

Fonte: COELBA/CO – CTM

Elaboração: SEI – GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio – PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Out 03/Set 03	Out 03/Out 02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	7,3	-3,8	-7,3	-7,0
Combustíveis e Lubrificantes	6,1	1,5	-6,2	-7,0
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,3	-9,4	-9,5	-9,0
Hipermercados e Supermercados	8,2	9,5	-12,3	-12,0
Tecidos, Vestuário e Calçados	14,3	-8,8	-9,7	-7,8
Móveis e Eletrodomésticos	4,4	1,8	-6,0	-5,3
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	7,7	1,9	-2,1	-1,7
Veículos, Motos e Peças	3,2	20,9	9,1	6,8

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1. Dados deflacionados pelo IPCA.

2. Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Outubro 2002 - Setembro 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maiο	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Novembro 2002 – Novembro 2003

%

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Maiο	0,2	-10,0	9,9	-0,5	-14,6	-16,4
Junho	-0,5	0,5	8,2	-3,7	-10,7	-15,6
Julho	5,4	-10,8	8,8	6,0	-20,9	-16,4
Agosto	-8,8	-11,2	9,2	-7,4	-21,3	-17,0
Setembro	12,1	-2,1	8,4	15,9	-7,7	-16,0
Outubro	-3,7	-7,4	8,4	1,2	-15,3	-15,9
Novembro	-9,8	-10,4	8,6	-10,0	-10,5	-15,5

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Novembro – 2003

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	26,8	25,8	31,1
Desemprego Aberto	16	15,0	20,1
Desemprego Oculto	10,8	10,8	10,9
Participação (PEA/PIA)	63,5	64,1	60,7

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Novembro 1997 – Novembro 2003

%

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Novembro 1997	12,7	12,3	60,2	61,1
Novembro 1998	14,5	13,9	60,0	60,5
Novembro 1999	15,8	15,1	60,5	61,1
Novembro 2000	14,2	13,7	61,4	62,5
Novembro 2001	16,9	16,5	61,8	62,8
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Novembro 1997 – Novembro 2003

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²			
Novembro 1997	1.374	104,7	1.074	102,7	300	112,5	909	99,3	60,2	21,8	2.830
Novembro 1998	1.407	107,2	1.052	100,6	355	133,2	938	102,5	60,0	25,2	2.890
Novembro 1999	1.458	111,1	1.051	100,5	407	152,8	952	104,0	60,5	27,9	2.951
Novembro 2000	1.522	116,0	1.139	108,9	383	143,8	956	104,5	61,4	25,2	3.013
Novembro 2001	1.574	120,0	1.140	109,0	434	163,0	972	106,3	61,8	27,6	3.077
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Mai	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4		111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Mai	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Varição Mensal Out-03/Set-03		-0,1		0,7		-2,4		0,9	-0,3	-2,2	
Varição no Ano Out-03/Dez-02		4,2		3,7		5,3		-0,1	1,6	1,1	
Varição Anual Out-03/Out-02		3,4		3,4		3,4		1,7	0,6	0,0	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.



Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Novembro 1997 – Novembro 2003

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Novembro 1997	9,0	5,1	17,4	30,2	25,6	10,9	1,9
Novembro 1998	7,7	5,3	16,7	31,0	26,6	10,8	1,9
Novembro 1999	8,2	5,5	15,2	31,3	27,3	11,0	1,5
Novembro 2000	8,0	6,2	16,1	33,0	24,9	10,6	1,2
Novembro 2001	7,7	6,1	17,1	32,3	25,4	10,6	0,8
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros: Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais Diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Novembro 1997 – Novembro 2003

%

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Novembro 1997	55,3	29,2	10,2	15,8	24,4	20,1	4,4	4,8	10,9	4,5
Novembro 1998	56,7	30,4	10,9	15,4	23,9	19,7	4,3	4,2	10,8	4,4
Novembro 1999	58,1	30,3	12,1	15,6	23,7	18,1	5,6	4,1	11,0	3,1
Novembro 2000	60,1	32,8	12,6	14,6	21,7	17,6	4,1	4,6	10,6	3,0
Novembro 2001	61,8	35,7	12,1	14,0	21,2	17,7	3,5	3,6	10,6	2,8
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Outubro 1997 – Outubro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Outubro 1997	787	378	99,7	901	495	99,6
Outubro 1998	733	356	93,0	818	462	90,4
Outubro 1999	688	360	87,1	794	439	87,7
Outubro 2000	724	371	91,7	783	434	86,5
Outubro 2001	684	373	86,7	747	447	82,6
Janeiro 2002	707	364	89,6	774	437	85,5
Fevereiro	724	366	91,8	784	447	86,6
Março	720	363	91,2	795	447	87,9
Abril	720	362	91,3	792	456	87,5
Maio	702	359	88,9	782	433	86,4
Junho	723	358	91,6	799	453	88,3
Julho	719	358	91,1	812	459	89,7
Agosto	702	354	89,0	795	452	87,9
Setembro	667	349	84,5	760	443	84,0
Outubro	650	346	82,4	729	434	80,5
Novembro	645	343	81,7	715	434	79,0
Dezembro	643	335	81,5	716	417	79,1
Janeiro 2003	626	329	79,4	707	410	78,1
Fevereiro	628	322	79,6	708	414	78,2
Março	601	318	76,2	687	403	75,9
Abril	602	315	76,3	673	400	74,4
Maio	592	313	75,1	663	380	73,2
Junho	627	328	79,4	704	404	77,8
Julho	649	328	82,3	736	408	81,3
Agosto	661	338	83,8	747	409	82,5
Setembro	629	338	79,7	714	407	78,9
Outubro	610	330	77,4	701	405	77,5
Varição Mensal Set-03/Ago-03	-2,9	-2,5	-2,9	-1,7	-0,5	-1,7
Varição no Ano Set-03/Dez-02	-5,0	-1,4	-5,0	-2,0	-2,9	-2,0
Varição Anual Set-03/Set-02	-6,1	-4,7	-6,1	-3,7	-6,7	-3,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Outubro - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾**Região Metropolitana de Salvador - Bahia****Outubro 1997 – Outubro 2003****Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Outubro 1997	249	358	534	1.020	2.409
Outubro 1998	245	336	533	900	2.311
Outubro 1999	250	323	438	830	2.216
Outubro 2000	244	334	441	854	2.296
Outubro 2001	244	328	443	766	2.164
Janeiro 2002	226	335	449	817	2.198
Fevereiro	235	346	431	809	2.196
Março	214	335	411	794	2.146
Abril	219	332	417	782	2.183
Maio	211	333	429	764	2.216
Junho	222	336	464	768	2.323
Julho	235	332	457	761	2.278
Agosto	249	324	447	756	2.228
Setembro	250	331	421	735	2.097
Outubro	255	330	410	731	2.022
Novembro	237	323	426	714	2.020
Dezembro	234	313	425	714	2.031
Janeiro 2003	207	299	427	685	2.062
Fevereiro	208	299	401	675	2.103
Março	196	285	384	651	2.033
Abril	206	294	386	647	1.984
Maio	195	300	387	635	1.863
Junho	215	305	403	641	1.943
Julho	227	312	402	665	1.943
Agosto	252	321	394	684	1.975
Setembro	251	326	375	680	1.886
Outubro	247	314	368	672	1.896

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Outubro - 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Outubro 1997 – Outubro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Outubro 1997	735	1.032	580	697	850	378
Outubro 1998	695	862	575	677	800	373
Outubro 1999	644	782	482	657	752	359
Outubro 2000	637	831	499	643	738	362
Outubro 2001	627	812	523	618	712	374
Janeiro 2002	644	819	551	641	738	356
Fevereiro	660	801	545	677	751	376
Março	672	814	546	692	766	387
Abril	675	861	518	690	766	390
Maio	656	832	504	668	745	389
Junho	673	841	533	672	760	402
Julho	671	816	510	682	757	406
Agosto	658	771	517	665	748	382
Setembro	634	759	474	652	721	373
Outubro	615	742	478	624	702	348
Novembro	599	782	454	602	684	351
Dezembro	601	722	491	611	676	376
Janeiro 2003	586	731	510	584	652	390
Fevereiro	601	729	521	609	662	414
Março	586	797	479	575	660	364
Abril	580	743	454	579	646	371
Maio	564	750	458	549	635	344
Junho	584	816	452	576	656	362
Julho	613	903	460	593	695	363
Agosto	614	872	452	601	695	363
Setembro	594	780	468	586	668	361
Outubro	581	766	470	570	652	359

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Outubro - 2003.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Outubro 1997 – Outubro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Outubro 1997	94	189	378	847	1.888	189	272	495	961	2.045
Outubro 1998	114	201	356	773	1.700	201	277	462	869	1.789
Outubro 1999	101	197	360	728	1.566	197	262	439	864	1.747
Outubro 2000	112	203	371	795	1.608	202	269	434	808	1.617
Outubro 2001	124	227	373	746	1.492	225	277	447	792	1.504
Janeiro 2002	121	220	364	732	1.546	219	270	437	827	1.596
Fevereiro	122	219	366	733	1.582	219	288	447	850	1.602
Março	121	218	363	730	1.578	218	285	447	850	1.695
Abril	120	219	362	729	1.579	219	288	456	847	1.694
Maio	120	239	359	721	1.555	218	276	433	842	1.684
Junho	119	238	358	717	1.667	238	286	453	848	1.786
Julho	118	238	358	714	1.655	238	286	459	861	1.786
Agosto	118	236	354	709	1.634	233	285	452	828	1.773
Setembro	116	232	349	700	1.517	231	285	443	812	1.655
Outubro	115	231	346	694	1.486	229	280	434	800	1.600
Novembro	114	228	343	685	1.387	225	278	434	781	1.503
Dezembro	111	223	335	669	1.371	223	273	417	774	1.485
Janeiro 2003	108	219	329	645	1.316	219	269	410	753	1.426
Fevereiro	107	214	322	644	1.323	214	265	414	752	1.486
Março	105	211	318	631	1.273	211	258	403	727	1.426
Abril	105	210	315	630	1.273	210	252	400	727	1.454
Maio	104	210	313	623	1.262	210	252	380	718	1.367
Junho	103	245	328	625	1.432	245	259	404	768	1.536
Julho	102	245	328	668	1.529	245	267	408	816	1.581
Agosto	101	243	338	693	1.529	243	284	409	814	1.622
Setembro	101	241	338	642	1.504	241	275	407	791	1.528
Outubro	100	240	330	608	1.318	240	275	405	730	1.500

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Outubro - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

**Flutuação Mensal do Emprego
Bahia – 2002/2003**

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2000	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Jan-Nov/2003	34.393	9.694	-1.737	7.844	9.830
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dez02-Nov03	29.448	8.633	-3.453	8.108	9.426

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS – 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Jan-Nov/2003	7.739	839	-1.950	2.448	6.327
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dez02-Nov03	6.538	401	-2.508	2.592	5.991

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	371.972.480	64.661.962	17,4	313.059.010	84,2	58.913.470
Receita Tributária	110.013.569	109.965.260	18.827.713	17,1	94.998.008	86,4	14.967.252
Receita de Contribuições	223.407.791	223.813.495	38.469.675	17,2	181.591.881	81,1	42.221.614
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.957	2.278.537	22,0	10.669.044	102,9	(299.087)
Receita Agropecuária	24.079	24.079	3.799	15,8	17.040	70,8	7.039
Receita Industrial	368.897	368.897	60.296	16,3	294.538	79,8	74.359
Receita de Serviços	16.636.604	16.628.437	3.361.003	20,2	16.619.757	99,9	8.680
Transferências Correntes	213.624	217.012	36.043	16,6	179.964	82,9	37.048
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.343	1.624.897	15,4	8.688.778	82,1	1.896.565
Receitas de Capital	142.281.544	142.481.953	45.531.723	32,0	118.016.742	82,8	24.465.211
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.636.416	15.261.215	13,9	62.902.144	57,4	46.734.272
Alienação de Bens	3.769.642	3.767.757	25.671	0,7	2.085.029	55,3	1.682.728
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.039.074	1.890.160	17,1	11.153.262	101,0	(114.188)
Transferências de Capital	65.991	65.991	10.039	15,2	34.526	52,3	31.465
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	28.344.638	157,7	41.841.781	232,8	(23.869.066)
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	514.454.433	110.193.685	21,4	431.075.752	83,8	83.378.681
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	514.454.433	110.193.685	21,4	431.075.752	83,8	83.378.681

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	398.799.054	62.418.672	15,7	288.484.220	72,3	110.314.834
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.949.387	11.735.055	15,1	61.492.554	78,9	16.456.833
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.710.284	12.752.621	13,6	49.427.415	52,7	44.282.869
Outras Despesas Correntes	223.972.448	227.139.383	37.930.996	16,7	177.564.251	78,2	49.575.132
Transf. a Estados, DF e Municípios	75.108.197	76.586.858	11.965.388	15,6	62.649.720	81,8	13.937.138
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.353.717	97.353.023	17.769.494	18,3	79.906.257	82,1	17.446.766
Demais Despesas Correntes	51.510.534	53.199.502	8.196.114	15,4	35.008.274	65,8	18.191.228
Despesas de Capital	81.473.394	102.422.017	16.911.021	16,5	60.982.05	59,5	41.439.959
Investimentos	14.180.170	14.412.490	543.397	3,8	1.179.204	8,2	13.233.286
Inversões Financeiras	24.376.291	27.351.825	2.587.458	9,5	10.312.459	37,7	17.039.366
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	42.916.933	60.657.702	13.780.166	22,7	49.490.395	81,6	11.167.307
Reserva de Contingência	20.521.773	18.277.174	—	—	—	—	18.277.174
Subtotal das Despesas (I)	496.657.907	519.498.245	79.329.693	15,3	349.466.278	67,3	170.031.967
Superávit (II)	—	—	—	—	81.609.474	—	—
Total (I+II)	496.657.907	519.498.245	79.329.693	15,3	431.075.752	83,0	170.031.967

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
			Bim. Set/Out	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	10.170.610	1.694.225	16,7	8.392.107	82,5	1.778.503
Receita Tributária	5.895.690	5.979.941	1.083.079	18,1	5.193.274	86,8	786.667
Impostos	5.724.753	5.780.854	1.046.803	18,1	5.038.827	87,2	742.028
Taxas	170.937	199.087	36.276	18,2	154.448	77,6	44.639
Receita de Contribuições	965.364	1.018.228	173.605	17,0	861.931	84,7	156.298
Contribuições Sociais	865.364	894.212	147.587	16,5	738.655	82,6	155.557
Contribuições Econômicas	100.000	124.016	26.018	21,0	123.276	99,4	740
Receita Patrimonial	194.445	196.855	28.554	14,5	157.720	80,1	39.135
Receitas Imobiliárias	26.348	26.552	491	1,8	2.147	8,1	24.404
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	40.001	1	0,0	3.590	9,0	36.411
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	2.633	428	16,3	2.345	89,0	289
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	127.669	27.634	21,6	149.638	117,2	(21.969)
Receita Agropecuária	1.698	1.698	1	0,1	7	0,4	1.691
Receita da Produção Vegetal	47	47	1	1,6	7	15,1	40
Receita da Produção Animal e Derivados	751	751	—	—	—	—	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	900	—	—	—	—	900
Receita Industrial	90	90	—	—	—	—	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	—	—	—	—	90
Receita de Serviços	264.987	269.237	26.475	9,8	120.142	44,6	149.095
Receita de Serviços	264.987	269.237	26.475	9,8	120.142	44,6	149.095
Transferências Correntes	2.934.611	2.929.556	443.784	15,1	2.457.720	83,9	471.836
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	2.701.208	438.185	16,2	2.418.639	89,5	282.568
Transferências de Instituições Privadas	507	607	27	4,4	37	6,0	570
Transferências do Exterior	492	688	1	0,1	224	32,6	463
Transferências de Convênios	224.074	227.053	5.571	2,5	38.820	17,1	188.233
Outras Receitas Correntes	578.905	691.302	98.124	14,2	402.798	58,3	288.504
Multas e Juros de Mora	100.644	116.644	23.801	20,4	76.955	66,0	39.689
Indenizações e Restituições	51.711	51.712	1.452	2,8	5.266	10,2	46.446
Receita da Dívida Ativa	6.196	6.196	1.363	22,0	4.964	80,1	1.232
Receitas Correntes Diversas	420.354	516.750	71.508	13,8	315.613	61,1	201.137
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(916.297)	(159.397)	17,4	(801.485)	87,5	(114.812)
Receitas de Capital	1.009.629	1.077.902	64.665	6,0	394.517	36,6	683.386
Operações de Crédito	606.885	615.932	59.049	9,6	303.063	49,2	312.869
Operações de Crédito Internas	195.178	175.221	12.932	7,4	52.447	29,9	142.731
Operações de Crédito Internas	195.178	175.221	12.932	7,4	52.447	29,9	122.774
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito Externas	411.707	440.711	46.117	10,5	250.616	56,9	190.095
Alienação de Bens	140.477	142.314	862	0,6	3.039	2,1	139.275
Alienação de Bens Móveis	139.697	139.697	947	0,7	1.253	0,9	138.444
Alienação de Bens Imóveis	780	2.617	(85)	(3,2)	1.786	68,2	831
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	186	6,2	1.454	48,5	1.546
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	186	6,2	1.454	48,5	1.546
Transferências de Capital	259.252	275.713	4.567	1,7	86.754	31,5	188.959
Transferências Intragovernamentais	—	6.000	—	—	—	—	6.000
Transferências Intergovernamentais	20.650	27.565	1.051	3,8	57.157	207,4	(29.592)
Transferências de Instituições Privadas	98	98	—	—	—	—	98
Transferências do Exterior	421	676	—	—	—	—	676
Transferências de Convênios	238.083	241.374	3.516	1,5	29.597	12,3	211.777
Outras Receitas de Capital	15	40.942	—	—	206	0,5	40.736
Outras Receitas	15	40.942	—	—	206	0,5	40.736
Subtotal das Receitas (I)	10.929.122	11.248.512	1.758.890	15,6	8.786.624	78,1	2.461.888
Saldos de Exercícios Anteriores (II)					226.138		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	11.248.512	1.758.890		9.012.762		2.461.888
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	10.929.122	11.248.512	1.758.890		9.012.762		2.461.888

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Set/Out	No Exercício	Bim. Set/Out	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	167.361	9.002.470	1.441.836	7.072.882	1.442.956	6.967.649	2.034.821
Pessoal e Encargos	4.569.112	5.429	4.574.541	737.639	3.667.177	737.513	3.661.281	913.261
Juros e Encargos da Dívida	576.873	(43.500)	533.373	98.210	505.486	98.211	505.356	28.017
Outras Despesas Correntes	3.689.123	205.432	3.894.555	605.988	2.900.219	607.233	2.801.013	1.093.543
Despesas de Capital	2.075.434	153.393	2.228.827	297.848	1.459.977	300.329	1.432.375	796.452
Investimentos	1.125.505	174.550	1.300.055	20.342	598.373	22.822	570.771	729.284
Inversões Financeiras	340.218	(55.657)	284.561	123.952	227.769	123.953	227.769	56.792
Amortizações da Dívida	609.711	34.500	644.211	153.554	633.835	153.554	633.835	10.376
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	609.711	34.500	644.211	153.554	633.835	153.554	633.835	10.376
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	18.579	(1.364)	17.216	—	—	—	—	17.216
Subtotal das Despesas (I)	2 10.929.12	319.391	11.248.512	1.739.685	8.532.859	1.743.286	8.400.024	2.848.489
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	612.738	—
Total (I+II)	10.929.122	319.391	11.248.512	1.739.685	8.532.859	1.743.286	9.012.762	2.848.489

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maio	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Julho	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Agosto	422.288	465.528	43.420	55.112	465.708	520.640
Setembro	451.985	491.119	39.479	63.031	491.464	554.150
Outubro	464.967	497.479	28.897	31.450	493.863	528.929
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	515.863	512.125	26.180	47.194	542.043	559.319
Fevereiro	516.914	507.564	38.090	38.609	555.004	546.173
Março	452.799	446.242	38.029	40.673	490.828	486.914
Abril	488.880	486.172	49.377	35.623	538.258	521.794
Maio	532.862	453.233	33.006	48.564	565.869	501.797
Junho	498.571	463.563	48.994	48.339	547.565	511.902
Julho	486.145	473.752	53.113	58.617	539.258	532.370
Agosto	522.989	472.463	53.775	55.933	576.763	528.396
Setembro	545.351	493.268	47.634	63.307	592.984	556.575
Outubro	538.331	497.479	33.455	31.450	571.787	528.929
Novembro	539.863		25.783		565.646	
Dezembro	500.293		68.651		568.944	
Total	6.138.862		516.088		6.654.950	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de outubro/03 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

Ano e Mês	Receitas									
	FPE ¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Maio	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	93.612	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	112.046	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	131.874	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	151.871	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	169.560	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	185.872	6.301	90.613	160.896	1.792.296

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação – LC 87/96 – MP 1579⁽²⁾ Deduzidos 15% para o FUNDEF⁽³⁾ Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan-Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.231.729	178.061	14,5	930.895	75,6	300.834
Receita Tributária	484.550	485.017	66.786	13,8	355.790	73,4	129.227
Impostos	394.500	394.500	58.749	14,9	298.671	75,7	95.829
Taxas	90.050	90.517	7.790	8,6	56.579	62,5	33.938
Contribuição de Melhoria	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Tributárias	—	—	247	—	540	—	(540)
Receita de Contribuições	21.850	32.550	6.788	20,9	41.531	127,6	(8.981)
Contribuições Sociais	21.850	32.550	6.605	20,3	26.358	81,0	6.192
Contribuições Econômicas	—	—	183	—	15.173	—	(15.173)
Receita Patrimonial	61.571	61.756	6.414	10,4	36.049	58,4	25.707
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	326	14,1	1.828	79,1	482
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	5.077	27,7	31.139	169,7	(12.789)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	39.096	995	2,5	3.039	7,8	36.057
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	16	0,8	43	2,2	1.957
Receita Agropecuária	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Vegetal	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Animal e Derivados	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	—	—	—	—	—	—	—
Receita Industrial	—	—	16	—	274	—	(274)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	—	—	16	—	274	—	(274)
Receita da Indústria de Construção	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.020	12,1	16.276	49,0	16.946
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.020	12,1	16.276	49,0	16.946
Transferências Correntes	553.777	555.126	83.242	15,0	426.084	76,8	129.042
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.580	81.724	16,6	417.036	84,8	74.544
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	67	—	(67)
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	(16)	—	—	—	—
Transferências de Convênios	62.267	63.546	1.534	2,4	8.981	14,1	54.565
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	10.795	16,9	54.891	85,7	9.167
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	5.756	25,6	28.159	125,2	(5.659)
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.702	42,6	6.071	151,8	(2.071)
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	3.020	10,4	18.810	64,9	10.190
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	317	3,7	1.851	21,6	6.707
Receitas de Capital	72.321	123.058	8.196	6,7	44.945	36,5	78.113
Operações de Crédito	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	—	—	—
Alienação de Bens	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Capital	55.899	76.636	7.976	10,4	44.489	58,1	32.147
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	—	—	—	—	3.950
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	51.949	72.686	7.976	11,0	44.489	61,2	28.197
Outras Receitas de Capital	122	122	—	—	—	—	122
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	—	—	—
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de Capital Diversas	122	122	—	—	—	—	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	975.840	72,0	378.947
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal (III) = (I+II)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	1.066.620		
Déficit (IV)					—		
Total (III+IV)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	1.066.620		

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Alterações Orçamentárias			Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesas					Saldo (c-g)
		Suplemen- tações (I)	Anula- ções (II)	Total (b) = (I - II)		Empenhadas		Liquidadas			
						Set-Out/ 2003 (d)	Jan-Out/ 2003 (e)	Jul-Ago/ 2003 (f)	Set-Out/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	230.539	169.554	60.985	1.131.348	172.263	939.485	179.467	858.355	75,9	272.993
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	32.328	20.399	11.929	416.739	64.849	358.031	68.847	334.071	80,2	82.668
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	3.410	—	3.410	67.410	15.102	62.003	11.280	56.249	83,4	11.161
Outras Despesas Correntes	601.553	194.801	149.155	45.646	647.199	92.312	519.451	99.340	468.035	72,3	179.164
Despesas de Capital	207.986	120.464	56.664	63.800	271.786	44.801	175.039	38.773	154.224	56,7	117.562
Investimentos	151.976	115.464	53.254	62.210	214.186	33.791	123.082	31.199	111.611	52,1	102.575
Inversões Financeiras	5.010	5.000	—	5.000	10.010	10	6.272	206	5.668	56,6	4.342
Amortização da Dívida	51.000	—	3.410	(3.410)	47.590	11.000	45.685	7.368	36.945	77,6	10.645
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	—	3.410	(3.410)	47.590	11.000	45.685	7.368	36.945	77,6	10.645
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	9.000	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	351.003	226.218	124.785	1.412.134	217.064	1.114.524	218.240	1.012.579	71,7	399.555
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	—	—	54.041	—	—
Total (I+II)	1.287.349	351.003	226.218	124.785	1.412.134	217.064	1.114.524	218.240	1.066.620	75,5	399.555

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.

